

24/07/2020 08:59:49 - POLÍTICO

ESTADOS EM PAUTA: SECRETÁRIO DA BA DEFENDE PRAZO MAIOR PARA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DOS ESTADOS

Por Emilly Behnke

Brasília, 24/07/2020 - O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, avalia que a suspensão e renegociação de dívidas dos Estados com a União deveriam se estender até o primeiro semestre de 2021. O adiamento ocorreu juntamente com o programa de socorro federal a Estados e municípios durante a calamidade pública decretada até 31 de dezembro por causa da pandemia de covid-19.

"O processo de renegociação da dívida deveria envolver o primeiro semestre de 2021. Não faz sentido apertar tanto", avaliou o secretário em entrevista ao **Broadcast Político**. Ele ressalta que as consequências da crise sanitária vão se prolongar até o ano que vem. "Os efeitos econômicos da pandemia não vão cessar em 2021. O que temos de orçamento paralelo, todas as medidas aprovadas no Congresso atingem apenas 2020."



Apesar de considerar fundamental o socorro da União para o combate à pandemia, Vitório opina que o pacote foi desidratado em relação às previsões sobre dívidas. Ele citou inclusive o veto presidencial à suspensão das dívidas com instituições internacionais.

Uma outra preocupação do secretário é o planejamento do ano de 2021. Ele projeta, por exemplo, gastos ainda maiores com saúde, que poderiam implicar mais uma demanda por ajuda federal. "Na área de saúde, passando a pandemia, tem cirurgia represada e gente que não está indo com medo de contrair o vírus. Essas pessoas vão sobrecarregar o sistema de saúde", disse.

"Nos preocupa muito como vamos terminar o ano, mas também nos preocupa muito como vai ser a condução do ano de 2021, que acho que será um ano de grande desafio", opinou. Segundo o secretário, é importante que o governo federal inicie o debate de medidas para o próximo ano para

27/Jul/2020 13:33

dar mais previsibilidade aos agentes econômicos. "É melhor programar. E se o ambiente for mais favorável do que se pensava, se ajusta."

Como em outros Estados, a abertura gradual da economia baiana está vinculada à disponibilidade de leitos disponíveis. "Até se achar uma vacina, essa será a lógica", concluiu Vitório
contato: emilly.behnke@estadao.com

24/07/2020 09:00:30 - POLÍTICO

ESTADOS EM PAUTA: GOVERNO DA BAHIA ESTIMA PERDA DE R\$ 3,2 BI DE RECEITA EM 2020, DIZ SECRETÁRIO

Por Emilly Behnke

Brasília, 24/07/2020 - A pandemia do novo coronavírus pode resultar em perda de R\$ 3,2 bilhões em receita para o Estado da Bahia, segundo o secretário estadual da Fazenda Manoel Vitório. Ao **Broadcast Político**, ele relatou que somente de abril a junho a perda de receita foi de R\$ 1,5 bilhão. "No primeiro momento, a queda de arrecadação, principalmente do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que é nosso principal tributo e fonte de receita, houve uma queda muito drástica de quase 30%. Agora vemos uma certa retomada", disse.

O secretário destaca que a ajuda do governo federal veio em momento importante, apesar de não ser suficiente para cobrir as perdas. "Não foi suficiente e não foi o que nós estávamos almejando, mas pelo menos evitou que no momento de pandemia a situação ficasse caótica", ponderou.

Até então, o Estado recebeu da União socorro que compensou cerca de metade do montante perdido no segundo trimestre. Falta ainda receber outras duas parcelas do pacote de R\$ 60,1 bilhões direcionados para Estados e municípios. "A grande expectativa é ver como a economia vai reagir e como vai ficar a arrecadação para ver qual o tamanho dessa diferença."

Além dos gastos com saúde e segurança, a preocupação do governo, segundo Vitório, também está voltada para o nível de emprego. "Se o desemprego acelerar, o processo de retomada vai ser muito mais difícil", pontuou.

Os efeitos da pandemia atingem ainda no turismo do Estado por conta de medidas de distanciamento social. Para a retomada da atividade, o secretário ressalta que é importante manter os serviços públicos em dia. "A segurança pública também acaba sendo mais exigida. Esse é um momento de ampliação de despesa com forte contração de receita", declarou.

Sobre as contas do Estado, Manoel Vitório destacou que a secretaria tem limitado e cortado gastos que não são relacionados às ações de combate à pandemia. Como outros Estados a possibilidade de atrasar a folha de pagamentos do funcionalismo não está fora do radar, mas ainda não é uma preocupação.

"Estamos lutando para que isso não ocorra. Evidentemente que nenhum Estado pode dizer que está completamente livre. Não sabemos como vai ser até o final do ano e não sabemos como vai ser 2021", acrescentou.

contato: emilly.behnke@estadao.com

24/07/2020 09:09:21 - POLÍTICO

ELIZABETH LOPES/POLÍTICA HOJE: O FUNDEB E O ESTELIONATO ELEITORAL DE BOLSONARO



No tempo da comunicação analógica, antes do advento da internet, as notícias falsas ou manipuladas para levar vantagem ao seu autor - hoje denominadas fake news - eram chamadas no universo político de estelionato eleitoral. E um famoso dito popular, que dizia que "o papel aceita tudo", resumia o modus operandi do que os mal intencionados tentavam propagar para se dar bem. Adaptando o dito popular à atual era digital que vivemos, podemos dizer que "as redes sociais aceitam tudo" e as velhas práticas das raposas políticas continuam em voga, antes no papel, hoje nas redes sociais.

A atitude do presidente Jair Bolsonaro, após a aprovação da PEC do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) na Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira desta semana, 21, se enquadra no que foi exposto acima. O mandatário, que não moveu uma palha desde que foi eleito para melhorar a Educação no País, ao contrário, colocou ministros de competência duvidosa nessa pasta, tenta agora capitalizar a aprovação deste fundo, que é a principal fonte da educação básica no País o que, na prática, é uma boa vitrine que rende dividendos eleitorais.

Horas depois dos deputados terem aprovado a matéria, Bolsonaro foi às redes sociais para tentar atribuir ao seu governo tal aprovação. "Um Governo que faz na Educação. Transformamos o FUNDEB em PERMANENTE, aumentamos os RECURSOS e o colocamos na CONSTITUIÇÃO", escreveu o inquilino do Palácio do Planalto em suas redes sociais. No mesmo dia, junto a apoiadores no Palácio da Alvorada, bateu na mesma tecla e reivindicou para a sua gestão a aprovação da medida.

Bolsonaro mente ao atribuir a aprovação do fundo ao seu governo. Na verdade, ele sofreu uma baita derrota no parlamento, pois sua equipe econômica tentou - às vésperas da votação e com risco de adiar a matéria - desidratar o texto da relatora, deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), que acabou sendo aprovado na íntegra nos dois turnos da votação, e vincular parte do repasse da União a este fundo a um programa de transferência de renda que pretende lançar, o Renda Brasil, no lugar do Bolsa Família. A manobra não deu certo e o presidente da República foi acusado por alguns parlamentares de tentar usar o dinheiro da educação básica em um programa que tem viés eleitoral, ou seja, a sucessão presidencial de 2022.

O governo federal vai desembolsar R\$ 173 bilhões nos próximos seis anos no financiamento da

27/Jul/2020 13:31

educação básica, de acordo com a proposta aprovada no parlamento. Com as novas regras do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), 2.745 municípios receberão os recursos adicionais da complementação da União no financiamento, de acordo com cálculos do Todos pela Educação. A matéria deve ser votada no mês que vem no Senado e nas palavras do presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP), é uma das prioridades da Casa.

Na mesma linha de Bolsonaro, o líder do governo na Câmara, Vitor Hugo (PSL-GO), tentou capitalizar para a atual gestão a aprovação do Fundeb na Câmara. E disse que a oposição quer se apropriar dessa matéria. "Eles vão querer dizer que isso é uma vitória da oposição. Querendo se apropriar da educação, como se a educação fosse uma preocupação somente da esquerda. Eles têm a preocupação de querer destruir a educação e nós, ao contrário, queremos construir uma educação que seja melhor", disse o líder.

O papel de um líder é defender as ações do governo que representa no Legislativo. Mas, este não foi o caso. Hugo deveria se lembrar que a gestão da qual é líder na Câmara é apontada como a pior em termos de política educacional no País. E, mais, não só vai na contramão do que seria o ideal em termos de educação, como o próprio mandatário é mestre no protagonismo dos péssimos exemplos, como o de tecer inverdades em suas redes sociais, ou como diriam os antigos, em praticar o chamado estelionato eleitoral. Uma ação condenável, seja na era analógica ou digital, e que não condiz com o comportamento de quem possui um mínimo de educação e dignidade.

A seguir, os principais assuntos desta sexta-feira:

BOLSONARO

A agenda desta sexta-feira (24) do presidente Jair Bolsonaro prevê, às 10 horas, participação por videoconferência da comemoração dos 92 anos da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

TEMER

O ex-presidente Michel Temer é o expositor do Lide Live nesta sexta-feira (24), ao meio-dia. Temer falará sobre "Como construir novas pontes políticas, econômicas e sociais para o futuro do Brasil" e depois responderá a perguntas de grandes empresários de segmentos diversos. O evento será realizado de maneira virtual.

ESTADOS EM PAUTA

O secretário da Fazenda da Bahia, Manoel Vitorio, avalia que a suspensão e renegociação de dívidas dos Estados com a União deveriam se estender até o primeiro semestre de 2021. O adiamento ocorreu juntamente com o programa de socorro federal a Estados e municípios durante a calamidade pública decretada até 31 de dezembro por causa da pandemia de covid-19.

(elizabeth.lopes@estadao.com)

*Colaborou Daniel Galvão, Camila Turtelli e Daniel Weterman

*Elizabeth Lopes é jornalista do **Broadcast Político***

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 28/07/2020	Página: 02
Cita o secretário	

Tribuna

Raio Laser

Decisão judicial

A Justiça determinou o fechamento imediato do comércio não essencial na cidade de Itabuna, no sul da



paulorobertosamp@gmail.com / guilhermerels.

Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual

Manoel Vitorio, em entrevista à Tribuna, fazendo projeções sobre a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado em decorrência da pandemia

Veículo: Tribuna da Bahia On-line	Caderno: Política
Data: 27/07/2020	Página: --



Bahia deve gastar mais de R\$ 1 bi no combate à covid-19 em 2020, diz secretário

Secretário estima queda de até 6% do PIB baiano neste ano

Tribuna da Bahia, Salvador

27/07/2020



Foto: Denilson Nunes / Secom

Por: Rodrigo Daniel Silva - (Editor interino); Henrique Brinco - (Repórter) e Paulo Roberto Sampaio - (Diretor de redação)

O economista Manoel Vitório, titular da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), projeta um cenário pouco animador do ponto de vista fiscal na Bahia até o fim da pandemia da Covid-19. Em entrevista exclusiva à **Tribuna**, o baiano afirmou que o Estado pode perder mais de R\$ 3 bilhões de receitas em 2020 na comparação com o ano anterior. Ele revelou que foram empregados até agora R\$ 812 milhões para as ações de combate ao vírus, sobretudo, na área da Saúde. A estimativa é que ultrapasse a marca de R\$ 1 bilhão até o fim do ano. E a expectativa é que, mesmo após o término da crise, os cofres estaduais sejam impactados.

"Sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não. Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento", prevê.

O titular da Sefaz também faz projeções sobre a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. "Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual", lamenta. Vitório também comenta outros assuntos e opina sobre o projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, e defende a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Tribuna – O Governo divulgou que a Bahia perdeu, nos últimos três meses, R\$ 1,5 bilhão em receitas. Qual é o cenário que o senhor desenha para o futuro? Acha que vai ser possível retomar as receitas?

Manoel Vitório – Quando a gente fala em perder receitas, estamos falando em relação a 2019. Estamos em 2020 e, em tese, sempre tem um crescimento das despesas e das necessidades. E isso também dentro de um cenário em que o Estado é chamado a ficar mais perto da população, seja no acolhimento, nos serviços sociais e principalmente na Saúde. Também, na segurança pública, o reflexo é grande. Quando a gente fala em perda de R\$ 1,5 bilhão de receita é em relação a 2019, o que ainda deixa uma margem de frustração em relação a 2020. Se a gente calculasse com relação a 2020, a perda é ainda maior.

Tribuna – De quanto seria?

Manoel Vitório – Nós sempre trabalhamos, em princípio, o aumento da despesa com o aumento de arrecadação. Mas hoje pensar nisso é trabalhar completamente fora da realidade. Então, estamos trabalhando para pelo menos conseguir chegar ao pedaço da arrecadação de 2019. Quanto a sua pergunta com relação a perspectiva, vou deitar e acordar todo dia pensando nisso, sobre como seria a expectativa futura. Nós estamos vendo que, num primeiro momento, a economia fluiu de maneira normal em janeiro e fevereiro. Em março, é que realmente houve modificação na postura dos agentes econômicos, no perfil de consumo, no susto inicial da repercussão da pandemia. Como aconteceu em março, para a gente reflete mais em abril, porque tem sempre o delay em relação à arrecadação. Então, num primeiro momento, os consumidores e as empresas de maneira geral, simplesmente brecharam novas compras e o consumo de maneira geral. Houve um freio muito grande na economia, que se traduziu na queda de arrecadação do ICMS, que é nosso principal imposto, de quase 30%. Agora, o que a gente está vendo é um retorno progressivo dos consumidores, da atividade econômica. Ela vai retornando ainda mesmo com o cenário de quarentena. Qual vai ser o patamar que ela vai estacionar, se ela vai conseguir fazer uma recuperação? Com certeza, não esse ano. Em 2021, por exemplo, se ela vai prosperar ou ter um crescimento mais vigoroso, a gente não sabe. A expectativa é que não. A expectativa é que o retorno ao patamar de 2019 ocorra até o final do ano. Essa expectativa de queda de arrecadação pode chegar à casa de mais de R\$ 3 bilhões em relação a 2019.

Tribuna – R\$ 3 bilhões no ano todo?

Manoel Vitório – Isso no ano todo. Nós trabalhamos com três cenários sempre. O cenário mais otimista, que não é esse. Um cenário mais pessimista, que eu não quero nem falar. E um cenário realista que é esse que nós falamos, com uma perda que pode alcançar essa faixa de R\$ 3 bilhões. A expectativa é que a atividade vá retornando aos poucos. Há uma preocupação muito grande com o nível de emprego, porque o desemprego acaba trazendo uma retração muito grande no consumo e na economia como um todo. Mas isso é um lado da moeda, que é a retração na arrecadação. O outro lado da moeda é que, apesar da retração na arrecadação, nós precisamos continuar a prover os serviços públicos para a população baiana e até ampliar, como é o caso da saúde.

Tribuna - Quanto já foi destinado de recurso para o combate ao coronavírus?

Manoel Vitório – Por enquanto, até agora, R\$ 812 milhões nos quais R\$ 482 dos cofres do Tesouro. Esses R\$ 400 milhões do Estado não estavam previstos.

Tribuna – O governo deve gastar mais. Qual é a estimativa de gastos até o fim da pandemia?

Manoel Vitório – Nós temos socorrido as áreas de acordo com a necessidade delas. O carro-chefe aí é a Saúde. O que eles têm apontado é a necessidade de continuar os investimentos, com recursos fluindo para a Saúde, por duas razões principais: primeiro, quando nós falamos de controle da pandemia, nós estamos falando de manter uma capacidade de recepção da população. Aquelas pessoas que precisam de respiradores, a gente tem que continuar mantendo leitos e a capacidade de atendimento. Foi o que aconteceu em outros países, com gente morrendo dentro de casa sem a menor perspectiva de ter socorro. Esse é um lado.

Por outro lado, nós sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não. Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento. Ou seja, a repercussão do aumento de volume de atendimento da saúde em função da pandemia deve continuar ainda que a gente tenha um maior controle do atendimento aos pacientes com covid, mas deve continuar uma pressão por outros tipos de atendimento. Então, não vejo uma perspectiva, num curto prazo, do Estado não continuar apoiando a Saúde. Isso vai perdurar de alguma forma, ou diretamente com o Covid, ou com outros atendimentos. Isso deve se prorrogar até o ano de 2021 também.

Então, a perspectiva em relação ao gasto da saúde, com o covid especificamente, até o final do ano, vamos ter pelo menos mais R\$ 200 milhões ou R\$ 300 milhões – fora todos os outros atendimentos em Saúde.

Tribuna – Então, vai passar de R\$ 1 bilhão o gasto com o combate ao coronavírus?

Manoel Vitória – Com absoluta certeza. Será maior que R\$ 1 bilhão em 2020.

Tribuna – O PIB do Brasil deve cair de 6% a 9% em 2020. Qual é a estimativa aqui para a Bahia?

Manoel Vitória – Não sei a última avaliação da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais). Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual. Já enfrentamos crises econômicas decorrentes de uma crise financeira. Em 2008, teve a bolha especulativa nos EUA e outras situações que acarretaram a crise econômica. Agora é uma pandemia, uma crise de saúde pública que acaba trazendo um grau de imprevisibilidade muito grande. Nós acabamos acompanhando muito o que os cientistas e o pessoal da área médica têm apontado para saber se teríamos um novo normal ou não. Você acaba tendo uma mudança no perfil de consumo. Acaba tendo um aumento do desemprego, dependendo de como os diversos setores podem reagir. Em muitos países, você teve um processo de reabertura e depois um processo de fechamento. Esse vírus se propaga com muita rapidez, com muita facilidade. Então, é um admirável mundo novo. Eu que sou economista, e venho acompanhando a situação econômica desde que me formei, nós temos uma situação completamente fora de padrão. Não tem precedentes. Então, é muito difícil prever. O que você pode fazer é se preparar até para pior situação e esperar que o melhor aconteça.

Tribuna – Concursos públicos e reajustes de salários dos servidores são coisas que não se cogitam nesse momento?

Manoel Vitória – Não. Os concursos que foram realizados, estamos chamando as pessoas, até porque precisa. Mas qualquer aumento de despesa precisa ser muito bem avaliado. Aumento de despesa para atender a população, nós temos feito. Agora qualquer tipo de aumento de despesa pode levar um colapso das contas. E um colapso das contas tem duas principais consequências: a primeira é deixar de desassistir à população e recuar a presença do Estado na população; a segunda, se você imaginar, as despesas do Estado, seja no seu custeio ou investimentos, estavam correspondendo a 18% do PIB baiano e se você começa a não pagar fornecedor e empresas têm uma repercussão negativa em toda economia. Então, nós precisamos conter. A Sefaz tem ido pelos dois vieses: uma contenção de custeio com decreto do governador, onde toda a ampliação de gastos fosse para o covid; e o direcionamento da arrecadação para tudo o que efetivamente estava funcionando. E apertar também o combate à sonegação. Essas foram as diretrizes. Isso tem dado resultado. Temos priorizado o combate à pandemia e, ao lado disso, direcionado a máquina de arrecadação para focar naquela atividade econômica que está sobrevivendo e até em ampliação de vendas. É claro que essa ampliação não é suficiente para compensar a parada de segmentos inteiros. Houve até um crescimento na venda dos supermercados, mas isso não compensou, por exemplo, o fechamento dos shoppings centers.

Tribuna - Na Europa, países como Alemanha e Itália decretaram lockdown. Ficaram dois meses e agora estão retomando à atividade econômica. O senhor acha que a estratégia nacional acabou prejudicando as finanças dos Estados e municípios?

Manoel Vitória – Acho que faltou uma liderança centralizada que efetivamente pudesse coordenar as ações. As ações poderiam ter sido mais econômicas se o governo tivesse concentrado as ações e repassado aos Estados. Poderiam ter sido mais efetivas. Aqui tivemos diversas tentativas de bloquear fronteiras para evitar o contágio. Mas você controlar aqui na Bahia não evitou que viessem pessoas de outros estados. O que a gente vê em outros países é que, quando se detecta a região, você a bloqueia para que isso não se dissemine. Você consegue atuar dentro da nação para que isso não se espalhe. Aqui não conseguimos. O Governo Federal, inclusive, era contra qualquer tipo de quarentena e a coisa acabou explodindo. Se nós tivéssemos feito uma coisa mais forte nacionalmente, estaríamos em uma situação mais controlada e não caminhando para 100 mil mortes oficiais.

Tribuna – O governador Rui Costa fez no início do ano uma reforma da Previdência. Isso já afetou de alguma maneira as contas?

Manoel Vitório – Afetou sim. Melhorou um pouco o déficit, que ainda é grande. Não deu para se fazer uma reforma que zerasse esse déficit, mas já ajuda um pouco. Claro que, sem uma reforma da Previdência, nós estaríamos em uma situação muito pior. Mas isso, por si só, não resolve.

Tribuna – O senhor acha haverá recursos para construir a Ponte Salvador-Itaparica?

Manoel Vitório – A ponte é um compromisso nosso. Não tem achar. Ela vai acontecer. Quando conseguirmos o interesse no projeto e a participação na construção, isso foi construído de uma forma para garantir que a ponte ocorra. Com certeza, nós vamos conseguir implementar.

Tribuna – E outros investimentos, como ficam?

Manoel Vitório – É sempre uma escolha. Veja como foi acertada a escolha do Estado da Bahia em investir na Saúde. O que aumentou em número de leitos, o novo conceito de policlínicas e hospitais que foram montados. Todo o investimento foi importante. Imagine se não tivéssemos feito? É igual a Ponte Salvador-Itaparica. Muita gente fala apenas na ponte, mas o projeto trata do sistema viário.

Tribuna – Como está a questão dos repasses federais?

Manoel Vitório – Estamos com problemas há muitos anos. Desde o governo Temer, tínhamos compromissos do governo federal para muitas obras, e isso acabou não acontecendo. Temos insistido com relação à liberação de recursos. Entendemos que, em parte, se configurou para todos os estados. Mas em especial, no caso da Bahia, não entendemos por que alguns recursos não foram liberados. Infelizmente, deve ter tido algum problema desde o governo Temer.

Tribuna – O governador Rui Costa chegou a falar que eram cerca de R\$ 500 milhões represados.

Manoel Vitório – É isso mesmo. E, para que não parem as obras, temos colocado dinheiro do Tesouro. E agora estamos com mais dificuldades. Imagine fazer uma desmobilização de uma obra, o prejuízo que se tem para mobilizar é muito grande. Então, temos conseguido manter os investimentos. Manter as coisas funcionando normalmente têm sido um desafio diário. E com a pandemia tem sido um desafio maior.

Tribuna - O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, declarou recentemente que vai fazer uma reforma tributária no Estado. Tem em vista alguma reforma desse tipo na Bahia?

Manoel Vitório – Não sei o que ele está falando que vai fazer de reforma tributária. É estranho, porque o principal tributo dos estados é o ICMS. Para qualquer modificação, depende de um convênio com o Confaz, que tem que validar. A possibilidade de um estado sozinho fazer uma reforma significativa é quase zero. Você pode fazer algumas modificações. Para fazer uma reforma significativa, é preciso de um projeto nacional, que tem sido discutido nos últimos tempos. Não sei de que forma o Rio Grande do Sul está pensando.

Tribuna – E o que o senhor pensa da reforma tributária pensada pelo governo federal?

Manoel Vitório – Acho que o que se está encaminhando é uma montanha parir um rato. O governo poderia partir para fazer uma discussão de reforma tributária que fosse consistente para os próximos anos. Se tributa muito o consumo, a produção... Então, poderia mudar esse viés. A atitudes que indicam uma mudança na carga tributária, com uma nova divisão, que levaria ao crescimento econômico. Acho que deveria chamar os estados, os entes federativos, para a mesa e fazer uma discussão sem preconceitos, tributando quem pode pagar mais e exonerando quem pode pagar menos.

Tribuna – O senhor defende a tributação de lucros e dividendos?

Manoel Vitorio – Sim, não vejo por que não. O Brasil é o único país que tenho conhecimento que não faz. Isso é uma exceção. Acho que não é pontual. Deveria se fazer uma discussão geral sobre a questão tributária no Brasil, inclusive a divisão, porque quem está mais próximo da população são estados e municípios. No entanto, as condições se concentram na União. Acho que a gente não deveria perder a oportunidade de se fazer uma reforma tributária efetiva, para contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Tribuna - O senhor é a favor da volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)?

Manoel Vitorio – A CPMF, para quem toca a área fazendária, é uma tentação. Não tanto para a arrecadação, porque você pode regular a alíquota para que a carga dela fique reduzida. Mas ela é interessante porque quando você lança um imposto desse e você começa a colocar todo o pessoal do fisco olhando a movimentação financeira. É efetiva para o combate à lavagem de dinheiro, ao tráfico. É um imposto interessante porque ajuda até no batimento de dados para checar se está tendo evasão de receitas. Não sou contra. Agora essa é uma opinião pessoal. Não é uma opinião do governo do Estado e não sei qual é a opinião do governador a respeito. Mas quem dirige a Fazenda, acaba sendo um instrumento interessante para combater outros crimes.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 27/07/20	



BAHIA DEVE GASTAR MAIS DE R\$ 1 BI NO COMBATE À COVID-19 EM 2020, DIZ SECRETÁRIO



admin 27 Julho, 2020

O economista **Manoel Vitória, titular da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)**, projeta um cenário pouco animador do ponto de vista fiscal na Bahia até o fim da pandemia da Covid-19. Em entrevista exclusiva à Tribuna, o baiano afirmou que o Estado pode perder mais de R\$ 3 bilhões de receitas em 2020 na comparação com o ano anterior. Ele revelou que foram empregados até agora R\$ 812 milhões para as ações de combate ao vírus, sobretudo, na área da Saúde. A estimativa é que ultrapasse a marca de R\$ 1 bilhão até o fim do ano. E a expectativa é que, mesmo após o término da crise, os cofres estaduais sejam impactados.

“Sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não. Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento”, prevê. O titular da Sefaz também faz projeções sobre a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. “Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual”, lamenta. Vitória também comenta outros assuntos e opina sobre o projeto de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional, e defende a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Foto: Denilson Nunes / Secom

Veículo: Política Livre	
Data: 27.07.2020	Caderno: Economia



Foto: Carol Garcia/GOVBA

Na imagem, o secretário Manoel Vitório 27 de julho de 2020 | 16:28

Coronavírus: Bahia pode perder R\$ 3 bilhões de arrecadação com pandemia, prevê secretário

BAHIA

O economista Manoel Vitório, titular da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), projetou, em entrevista ao jornal Tribuna da Bahia publicada nesta segunda-feira (27), um cenário pouco animador do ponto de vista fiscal na Bahia até o fim da pandemia do novo coronavírus.

Ao impresso, o baiano afirmou que o Estado pode perder mais de R\$ 3 bilhões de receitas em 2020 na comparação com o ano anterior. Ele revelou que foram empregados, até agora, R\$ 812 milhões para as ações de combate ao vírus, sobretudo, na área da Saúde.

A estimativa é que ultrapasse a marca de R\$ 1 bilhão até o fim do ano e a expectativa é que, mesmo após o término da crise, os cofres estaduais sejam impactados. “Sabemos que existe uma retenção de situações, de necessidade de cirurgias, eletivas ou não”, disse.

“Muita gente está deixando de recorrer ao atendimento de alta complexidade dos hospitais em função do coronavírus. Essa demanda represada vai acontecer em algum momento”, previu.

O titular da Sefaz também fez projeções sobre a queda no Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. “Diria que começamos a trabalhar num horizonte entre 5% e 6%. Na verdade, nós nunca enfrentamos nada igual”, lamentou.

Veículo: Rádio A Tarde FM	
Data: 27/07/2020	Programa: Notícias
Assunto: Bahia deixa de arrecadar quase quinhentos milhões de reais no ano passado por causa da sonegação de impostos. Cita a Sefaz .	

Data: 27/07/2020

Hora: 07:25:42

Duração: 00:56

Emissora: RÁDIO A TARDE FM

Programa: NOTÍCIA

Apresentador(a): JEFERSON BELTRÃO

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Bahia deixa de arrecadar quase quinhentos milhões de reais no ano passado por causa da sonegação de impostos. Cita a **Sefaz**.

Veículo: Rádio Santa Cruz AM - Ilhéus	
Data: 27/07/2020	Programa: Notícias
Assunto: Aplicativo do governo do estado contribui para pesquisa de preço. Cita o <u>Preço da Hora Bahia.</u>	

Data: 27/07/2020

Hora: 13:56:51

Duração: 01:10

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ (1090 AM ILHÉUS)

Programa: NOTÍCIA

Apresentador(a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Aplicativo do governo do estado contribui para pesquisa de preço. Cita o

Preço da Hora Bahia.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

27/07/2020 15:50

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho. Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção "Minha Conta" => "Notas". Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em "Minha Conta" => "Bilhetes". A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Veículo: Informe Baiano	
Data: 27/07/2020	Caderno: --



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por

conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Diário em Foco	
Data: 27/07/2020	Caderno: --



Bahia | Bahia

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

27/07/2020 17h39

Por: Marta Faustino Fonte: Ascom-Ba



Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de

agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Camaçari Notícias	
Data: 27/07/2020	Caderno: --

CAMAÇARI NOTÍCIAS

O cartão Free com limite mini está te esperando.

INÍCIO CANAIS ENTREVISTAS ARTIGO MULTIMÍDIAS VAGAS CLASSIFICADOS

Não perca tempo! Acesse o Serasa Limpa Nome e negocie seu Acordo. **ABRIR**

ECONOMIA

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Escrito por Camaçari Notícias/Secom em 27 de julho de 2020



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Farol News	
Data: 27/07/2020	Caderno: --



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

jul 27, 2020 | [Economia](#)

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só

voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Repórter Hoje	
Data: 27/07/2020	Caderno: --



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

JUL 27, 2020 Redação

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da Nota Premiada Bahia, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho. Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

JUL 27, 2020 Redação

Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às

segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Veículo: Boca de Forno News	
Data: 27/07/2020	Caderno: --



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada Bahia

Jul 27, 2020 Reginaldo Junior



Termina no dia 31 de julho o prazo para participar do próximo sorteio da **Nota Premiada Bahia**, que será realizado no mês de agosto, distribuindo ao todo R\$ 1 milhão: um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil. Para concorrer no sorteio de agosto, é necessário estar cadastrado na campanha e realizar compras com a inclusão do CPF na nota fiscal ao longo do mês de julho.

Quem ainda não está cadastrado na campanha pode se inscrever de maneira rápida e prática no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. O cadastro é feito uma única vez e dá direito à participação nos sorteios e ao apoio a instituições filantrópicas vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, bastando que o participante solicite a inserção do CPF na nota a cada compra.

O resultado do próximo sorteio será divulgado no dia 24 de agosto, no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. As premiações da campanha tomam por base a Loteria Federal, por isso, até o mês de setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da Caixa Econômica Federal (CEF) de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras. Desta forma, a Nota Premiada Bahia só voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Consulta de notas e bilhetes

Os participantes da campanha podem consultar suas notas fiscais com o CPF incluso no site da Nota Premiada Bahia, ao fazer login e acessar a opção “Minha Conta” => “Notas”. Os bilhetes, disponibilizados sempre uma semana antes do sorteio, também podem ser consultados no site, em “Minha Conta” => “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior.

A Nota Premiada Premiada conta atualmente com quase 560 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 677 pessoas, dos quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha de cidadania fiscal do governo baiano continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 26/07/20	



26/07/20 às 14h34 - Atualizado em 26/07/20 às 14h34

Quase 20 mil litros de cerveja sem nota fiscal são apreendidas em caminhão no interior da Bahia

Ao todo foram apreendidas 1.640 caixas de cerveja



Foto: Divulgação/ Polícia Rodoviária Federal

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Durante fiscalização de rotina, um caminhão com cerca de 19.680 litros de cerveja foi apreendido na noite deste sábado (25) pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Km 101 da BR 101, trecho do município de Alagoinhas (BA).

O motorista de 47 anos apresentou os documentos de porte obrigatório, porém não foi apresentada a nota fiscal da carga de cerveja, o que constitui crime tributário. Ele alegou que seguia de União dos Palmares (AL) para a cidade capixaba de Vila Velha (ES).

Ao todo foram apreendidas 1.640 caixas de cerveja, totalizando 19.680 litros.

A mercadoria foi encaminhada para a **Secretaria de Fazenda Estadual (SEFAZ/BA)** para os procedimentos administrativos, que incluem pagamento do imposto sonegado e multas.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 28/07/2020	Página: A4

Turismo só deve reagir em 2023



DA REDAÇÃO

O turismo foi um dos setores mais afetados com a pandemia do novo coronavírus. De acordo com o secretário de Turismo da Bahia, Fausto Franco, durante entrevista na manhã de ontem para o Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM, 85% das atividades ligadas ao setor foram suspensas e 90% tiveram redução de faturamento.

“São números alarmantes; 2020 e 2021 serão anos perdidos. E digo mais, a perspectiva de retomada é em torno de 2023”, falou o secretário.

Franco explica que isso vai acontecer por conta da mudança de comportamento da sociedade [após a pandemia da Covid-19], “gerando uma mudança também na malha aérea”. “A malha



Secretário Fausto Franco foi o entrevistado de ontem

Cerca de 85% das atividades do setor foram suspensas, e 90% reduziram o faturamento

aérea, que é indispensável para o fluxo turístico, está sendo modificada porque o turismo de negócios, em virtude das teleconferências, está mudando. Se antes a gente tinha 20 voos por dia de São Paulo para Salvador, a expectativa é passar a ter 10 voos por dia, por exemplo”, disse.

Futuro

Apesar da previsão, o secretário reage com otimismo para o turismo local, principalmente porque a Bahia possui espaços turísticos que não necessitam de aglomerações.

“Temos expectativas positivas porque as pessoas querem muito sair de casa, viajar, mas não para aglomerações. Turismo para ambientes abertos, por exemplo, e a Bahia tem as possibilidades para isso. Uma pessoa não precisa ir para uma praia lotada, mas pode conhecer a Chapada Diamantina”, falou Franco.

Além disso, o secretário adiantou que um aplicativo está em fase de desenvolvimento para auxiliar as pessoas que enxergam a Bahia como ponto turístico de interesse após a pandemia. Segundo o titular da pasta, neste aplicativo os próprios consumidores vão relatar suas experiências no estado.

“O consumidor vai relatar as informações, passando mais credibilidade do que o próprio governo fazendo isso”, disse.

COVID-19 Em coletiva virtual, ACM Neto divulgou ações dos eixos 'obras de infraestrutura' e 'investimentos privados'

PREFEITO ANUNCIA SEGUNDA ETAPA DO PLANO DE RETOMADA DA ECONOMIA

BRUNO BRITO*

O prefeito ACM Neto anunciou ontem a segunda parte do conjunto de medidas que vão auxiliar a retomada da economia em Salvador. A divulgação, feita por meio de coletiva virtual, apresentou as ações que vão contribuir com a melhoria do ambiente de negócios, com a digitalização de atendimentos, e a desburocratização de licenças e processos nos órgãos municipais.

Foram anunciados também investimentos da ordem de R\$ 6,1 bilhões em obras públicas – sendo R\$ 5 bilhões em capital privado.

Com sete pilares, o plano de retomada conta com três fases já apresentadas. Ontem, foram os referentes a "obras de infraestrutura e investimentos privados", e a "melhoria do ambiente de negócios". Na semana passada, o prefeito divulgou o eixo "soluções urbanas".

Falta a apresentação dos demais: "Apoio a pequenos empreendedores"; "Fortalecimento da economia criativa e de inovação"; "medidas tributárias e fiscais"; e "estímulo ao turismo". Segundo a assessoria do prefeito, o que deve ocorrer nos próximos dias.

"No pilar relacionado à melhoria do ambiente de negócios, teremos medidas que visam estimular a criação de empresas, simplificar e digitalizar serviços e atualizar a nossa legislação. Queremos uma prefeitura cada vez mais ágil e transparente, o que fortalece a confiança do setor privado, que se sente mais amparado para investir na cidade", afirmou o prefeito ACM Neto.

Do total de 101 ações previstas pela prefeitura de Salvador, 46 constam no pilar que visa à melhoria do ambiente de negócios na capital, inclusive com a publicação de decretos de normatização interna, além do envio de projetos de lei à Câmara de Vereadores.

Durante a coletiva, o prefeito assinou dois projetos de lei que vão contribuir com a desburocratização das ações. A primeira pro-

do habite-se; e o licenciamento sanitário digital.

Empresariado

"Uma dessas ações é o e-Salvador, através da qual vamos disponibilizar, até setembro, toda a comunicação e gestão de documentos oficiais por meio de sistema eletrônico, eliminando papel, o que vai trazer economia para o município e promover celeridade e produtividade por parte da prefeitura", falou Neto.

As ações anunciadas pelo prefeito foram vistas de forma positiva pelo setor empresarial. Na opinião do presidente do Grupo Business Bahia, Carlos Falcão, a principal expectativa do setor é com relação às ações em torno do parcelamento de débitos de impostos vencidos durante a pandemia.

"São todas medidas importantes e que podem ajudar. Porém vamos aguardar as próximas. Muitas empresas ficaram fechadas e não puderam arcar com IPTU, TLF e ISS nesse período, sendo fundamental um projeto especial de parcelamento, principalmente para os setores mais atingidos".

Para o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio), Carlos Andrade, as propostas estão de acordo com

as necessidades do setor. No entanto, ele defende a necessidade de um "olhar apurado" sobre o cenário deixado pela pandemia.

"As medidas são acertadas. Estamos otimistas, mas é necessário sair do papel. Nós tínhamos a impressão de que a pandemia ia durar 30, 60 dias. Com isso, uma das nossas reivindicações foi que, quando isso passasse, o débito dos impostos fosse visto com atenção", disse.

Reunindo algumas das 101 ações do plano de aquecimento da economia, o pilar "obras públicas e investimentos privados" reúne obras consideradas prioritárias para o segundo semestre, com a expectativa de gerar cerca de 15 mil postos de trabalho. As intervenções serão realizadas em áreas como mobilidade urbana, habitação, infraestrutura e patrimônio histórico.

Entre elas destacam-se as etapas 2 e 3 do sistema BRT: a implantação da Casa da História e do Arquivo Público Municipal; e a restauração do Casarão dos Azulejos Azuis, no Comércio; além da implantação do Parque da Pedra de Xangô, em Cajazeiras. Está prevista também a recuperação dos Arcos da Ladeira da Montanha; das Murallas do Frontispício da cidade; do Elevador do Taboão; do Museu da Misericórdia; e do Mercado Modelo, todas no Centro Histórico, entre outras intervenções.

Constam ainda investimentos de R\$ 311 milhões referentes a projetos de infraestrutura, como o Novo Mané Dendê, que corta os bairros de Ilha Amarela, Alto da Terezinha, Itacaranhã, Plataforma e Rio Sena, no subúrbio ferroviário. Nele estão previstas intervenções em saneamento, urbaniza-

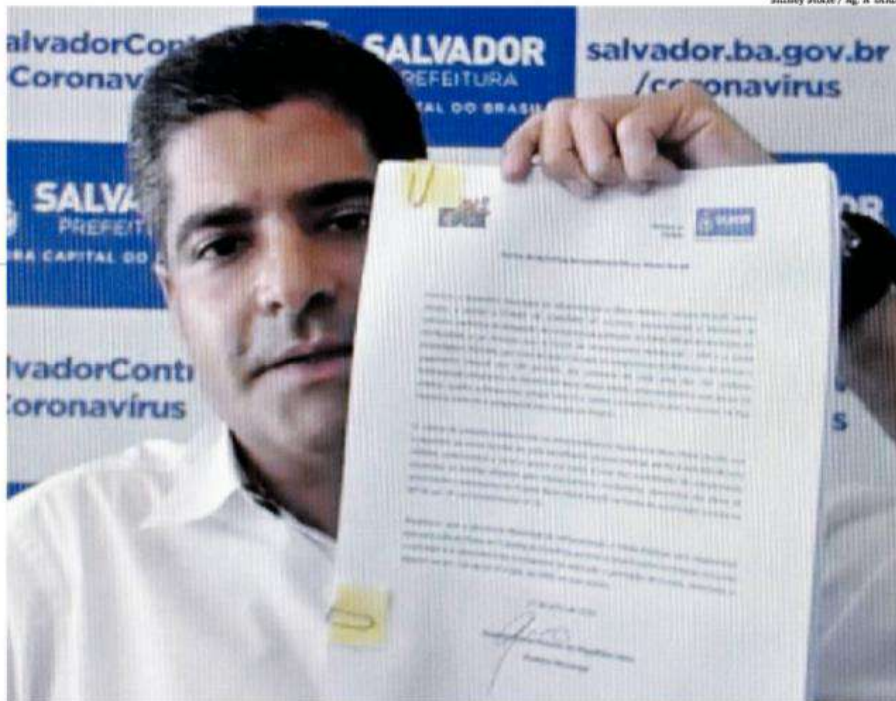
ção, implantação de equipamentos e a construção de unidades habitacionais.

Durante a coletiva, o prefeito autorizou a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas a firmar convênio com a Caixa Econômica para a implantação de 260 casas no âmbito do novo Mané Dendê, com investimento de R\$ 8,4 milhões. Ao todo, o projeto vai garantir a construção de mais de 900 moradias.

Já o programa Morar Melhor também teve o retorno anunciado. A partir de agosto será iniciado o cadastramento para a reforma de mais dez mil casas, com investimento de R\$ 70 milhões. O limite para reforma por casa também vai aumentar, saltando de R\$ 5 mil para R\$ 7 mil.

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Ao todo, R\$ 6,1 bilhões serão investidos em obras de infraestrutura em Salvador



O prefeito ACM Neto durante a apresentação das novas medidas que visam dinamizar a economia da capital

Primeiro abrem restaurante, bar e salão; só depois as praias

Durante a entrevista, o prefeito ACM Neto manifestou vontade em dar início à fase dois do plano de retomada das atividades econômicas em Salvador, o que permite a reabertura de salões de beleza, bares e restaurantes. E também comentou sobre as reabertura das praias.

Para ingressar na fase dois, no entanto, é preciso que haja um intervalo de 14 dias – contados a partir da última sexta-feira, quando a fase um iniciou –, além de cinco dias consecutivos com taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em até 70%.

De acordo com o prefeito, o retorno dessas atividades, bem como as demais, "é mais importante" para a economia da cidade do que a permissão para realização de atividades nas praias.

"É mais importante que retornem as atividades em salões, bares e restaurantes. O impacto econômico é maior. Depois que passar-

Shirley Stolze / Ag. A TARDE

roga os incentivos fiscais de outorga onerosa, ou seja, a viabilização do direito de construir. "Todos os descontos previstos neste benefício serão estendidos para que o empresário possa começar a obra até 30 de junho do ano que vem. Essa era uma reivindicação do setor empresarial", disse. Já a segunda refere-se ao texto que atribui a validade legal para a licença ambiental digital.

Segundo o prefeito, a expectativa é alcançar um prazo de até dez dias para abertura de empresas na cidade. O tempo, que era de 81 dias, já foi reduzido para 31, de acordo com Neto. Com o novo sistema de licenciamento a ser implantado, outra ideia é reduzir o tempo de análise de empreendimentos de grande porte de 11 para três meses. Além da intenção em emitir 60% das licenças ambientais em 48 horas.

Entre as outras ações destacam-se ainda o atendimento com hora marcada para todos os serviços da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; além de procedimento para recebimento de documentos de forma online; a consulta digital ao PDDU e à Louos; a disponibilização de cópia digital

mos da fase um, vamos entrar na fase dois. E aí vamos entender o comportamento da Covid, a partir de uma abertura mais ampla. Aí nós decidimos sobre as praias".

Com 71% da taxa de ocupação dos leitos de UTI, registrados no final da tarde de ontem, de acordo com a Secretaria Municipal da Saúde, o prefeito avalia que os próximos sete dias serão essenciais, tanto para a consolidação da primeira fase, bem como para embasar o início da segunda etapa.

Para ele, o retorno às praias é inviabilizado devido à necessidade de fiscalização. "Não é fácil fazer abertura das praias, Salvador possui uma das maiores faixas litorâneas do país"

BRUNO BRITO

Retorno às praias é inviabilizado devido à necessidade de fiscalização

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 28/07/2020	Página: A8

Mercado reduz projeção de queda do PIB para 5,7%

KELLY OLIVEIRA

Agência Brasil, Brasília

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,95% para 5,77%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,5%, a mesma previsão há nove semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,5%

do PIB.

As instituições financeiras consultadas pelo BC também ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 1,72% para 1,67%, neste ano. Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%, há seis semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,5% e 3,2%, respectivamente.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 28/07/2020	Página:

Correio*


Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● Camaçari tem um polo automotivo de ponta e possui condições de oferecer a infraestrutura adequada para a instalação da Orbi Química na cidade
Elinaldo Araújo

Prefeito de Camaçari, ao convidar a empresa a se instalar no município, depois que a prefeitura de Santo Amaro não conseguiu mobilizar a base de apoio e aprovar a doação de um terreno para construção da unidade da Orbi Química. O mesmo espaço já havia sido doado à Universidade Federal do Recôncavo Baiano e, para ter outro destino, eram necessários dez votos favoráveis, mas só nove vereadores apoiaram a medida. Leia reportagem completa na página 16.

Suprema recusa

O ministro do Supremo Marco Aurélio Mello negou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) contra a decisão que derrubou o afastamento de uma das desembargadoras do Tribunal Regional do Trabalho na Bahia (TRT) investigadas pela Operação Injusta Causa, deflagrada em setembro do ano passado para apurar tráfico de influência e venda de sentenças por integrantes da Corte. Há dois meses, o ministro determinou o retorno de Maria das Graças Oliva Boness e de outros quatro desembargadores, supostamente envolvidos no esquema, às funções no TRT da 5ª Região, que abrange ainda o estado de Sergipe. No entanto, a AGU recorreu ao Supremo na tentativa de impedir a volta dos cinco magistrados ao cargo.

QUESTÃO LEGAL

Ao recorrer, a AGU alegou que o retorno de Graça Boness ao TRT colocaria em risco a credibilidade do Judiciário pela gravidade das suspeitas. Porém, Marco Aurélio manteve a posição anterior, sob a justificativa de erros na decisão que prorrogou o afastamento da desembargadora.

A regra é clara

Para o ministro, foi ilegal a prorrogação do afastamento de alvos da Injusta Causa, imposto em outubro de 2019 pelo pleno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De acordo com ele, o prazo só poderia ter sido estendido pelo colegiado do CNJ, e não por decisão monocrática do conselheiro Marcos Vinícius Jardim. "O crivo do Plenário, ocorrido em 30 de abril de 2020, mais de dois meses após a decisão do relator, não tem o condão de convalidar o vício decorrente da prorrogação do prazo do afastamento mediante ato individual. Descabe proceder de cambulhada, violando o processo legal, sob a alegação de proteger a credibilidade do Poder Judiciário", destacou Marco Aurélio.

Pé na tábua

A Procuradoria-Geral da República (PGR) iniciou uma ofensiva para convencer o responsável pela Faroeste no Superior Tribunal de Justiça, Og Fernandes, a liberar novas etapas da operação o mais rápido possível. Reservadamente, membros da PGR acham que a divulgação de detalhes sobre a delação do advogado Vasco Rusciollelli, conforme noticiado na edição de ontem, pode atrapalhar o cerco à corrupção no TJ baiano. Filho da desembargadora presa Sandra Inês Moraes Rusciollelli, Vasco incriminou 12 magistrados baianos.

Roda-gigante

Cardeais do PT e do DEM garantem ter descoberto o mentor por trás de ataques disseminados recentemente no WhatsApp contra o governador Rui Costa e o prefeito ACM Neto. A Satélite, disseram que o patrocinador do que chamam de "franquia do Gabinete do Ódio" conseguiu unir em torno dele a artilharia dos dois grandes polos de poder no estado. O troco, adiantaram petistas e democratas, virá em breve.

Classe A

Barra do Rocha, cidade baiana com cerca de sete mil habitantes, virou assunto no MEC pelo sucesso na pandemia. Enquanto escolas de elite da capital ainda buscavam saídas, alunos da rede municipal, incluindo os da zona rural, já recebiam aulas por vídeo. Acaso ou não, o prefeito de Barra do Rocha, Luís Sérgio (PSB), é professor de carreira.

Demanda de empresas por crédito cresce 12,1% em junho

SERASA Levantamento realizado pela Serasa Experian e divulgado ontem revelou que a demanda por crédito das empresas cresceu 12,1% no mês de junho em comparação com maio de 2020. Este é o segundo aumento consecutivo do indicador, que em maio havia registrado alta de 12,3% ante o mês anterior.

Os resultados do mês de junho foram puxados especialmente pelo setor de serviços, que apresentou alta de 15,7%, seguido dos setores da indústria e do comércio, com crescimentos de 9,3% e 8,9%, respectivamente.

As altas registradas nos últimos dois meses pela Serasa vêm após uma queda brusca de

Os resultados do mês de junho foram puxados especialmente pelo setor de serviços, que apresentou alta de 15,7%

quase 20% na demanda por crédito em abril, pior mês para a atividade econômica no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

“O segmento de serviços é um dos que mais sofreu neste cenário econômico desafiador. Com a reabertura gradual, muitas empresas estão em busca de crédito para reequilibrarem as contas e se prepararem para uma retomada do crescimento”, destaca o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi, em nota enviada à imprensa.

Na análise por porte, as pequenas e médias empresas (PMEs) se destacam ao manter alta de 12,8%, mesma taxa registrada no mês anterior. Ao delimitar a análise às companhias de médio porte, porém, há um recuo de 3,8% na busca por crédito. Para as grandes empresas, houve baixa de 4,5%

nos pedidos.

Entre as regiões brasileiras, a Norte foi a que apresentou maior avanço, com alta de 21,1%, seguida pelo aumento de 18,7% na região Nordeste, e de 15,6% na região Sudeste. A região Sul teve alta de 4,9%, enquanto o crédito para empresas da região Centro-Oeste foi 1,6% menos requisitado, após alta de 20,6% um mês antes.

Na comparação entre junho deste ano com o mesmo período de 2019, a Serasa Experian identificou a primeira alta na demanda do crédito, de 5,3%, após dois meses de queda nas avaliações interanuais. A melhora fica evidente ao analisar o desempenho dos setores, com destaque para o setor de serviços, cuja demanda por crédito aumentou 8,5% em junho deste ano ante junho de 2019.

Fortunas de bilionários do país aumentam na pandemia

DINHEIRO Os bilionários passaram praticamente imunes à pandemia do novo coronavírus. Segundo um relatório da ONG Oxfam, 42 brasileiros conseguiram elevar suas fortunas em US\$ 34 bilhões (R\$ 177 bilhões) entre março (início da pandemia) e junho deste ano. Os

números são baseados na lista das pessoas mais ricas da Forbes publicada este ano e no ranking de bilionários em tempo real da Forbes.

Os números são um contraste à situação da maior parte da população, que sofre com o aumento da pobreza provocada pela pan-

demia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre março e maio, 7,8 milhões de pessoas perderam o emprego no país. Além disso, 522,7 mil micro e pequenas empresas no Brasil fecharam as portas na primeira quinzena de junho.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1570	R\$ 5,1580
Dólar Turismo	R\$ 5,2030	R\$ 5,3170
Euro turismo	R\$ 6,1030	R\$ 6,2500

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	104.477,08	-2,05%

POUPANÇA

28/07/2020	0,9733%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Junho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,26%	0,10%	2,13%
INPC/IBGE	0,30%	0,36%	2,35%
IGP-M/FGV	1,56%	4,38%	7,38%

IBOVESPA MOSTRA RECUPERAÇÃO

Bolsa Beneficiado por dados econômicos positivos do exterior, o Ibovespa recuperou dois degraus ontem, retomando o nível de 104 mil pontos, cedido na última quinta-feira. Já o dólar teve novo dia de enfraquecimento no mercado internacional, o que ajudou o real a se fortalecer.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Do liberalismo ao antiliberalismo

O problema da equipe econômica do governo Bolsonaro não é se está ou não havendo debandada ou que a pauta liberal está sendo arquivada. É pior. Agora segue-se uma pauta antiliberal. A Caixa Econômica virou um braço do bolsonarismo e parte da propaganda oficial. O Banco do Brasil já fez concessões que deveriam corar qualquer liberal, porque a instituição de economia mista passou a ter ingerência direta do governo até nas decisões de marketing. E tem ainda os ensaios de pedaladas. O governo consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) se pode fazer investimento em infraestrutura contornando o teto de gastos, e na semana passada o Congresso evitou que o teto fosse burlado.

A saída de Rubem Novaes tem que ser vista de duas formas. Ele permitiu a interferência do governo na instituição, mas quando ele sai revela-se que há mais tentativa de intervenção. Não há mérito em sua gestão, mas a saída mostra que há planos de entrar mais fundo nesse modelo que impõe ao banco a presença governamental.

A Caixa foi beneficiada com o monopólio da distribuição do auxílio emergencial, fez um trabalho cheio de falhas e aproveita cada

espaço para afirmações de exaltação bolsonarista como "nunca na história da humanidade". É a figurinha mais repetida do álbum das lives presidenciais. Uma coisa é o presidente Bolsonaro fazer o seu marketing, outra é usar os bancos públicos como parte dessa estratégia ou como tentáculos do governo. É uma estratégia claramente antiliberal.

O TCU, que Novaes definiu como "usina de terror", na verdade fez seu trabalho de órgão de controle que é. O relatório do ministro Bruno Dantas, referendado pelo Tribunal no dia 27 de maio, vai diretamente ao ponto. A gestão de Novaes na área da comunicação do banco foi considerada gravíssima pelo tribunal, que disse estar havendo por parte do acionista controlador, no caso o governo, ingerência sobre uma instituição financeira com ações em bolsa. O

O risco é fazer o exato oposto do prometido e seguir uma agenda antiliberal com o objetivo eleitoral

BB vinha anunciando em sites que divulgavam fake news. Suspendeu, depois do alerta, mas voltou atrás por pressão do vereador Carlos Bolsonaro. O TCU ressaltou a fragilidade da governança do banco e lembrou as orientações da OCDE, "no sentido de que as empresas estatais tenham liberdade para atuar e não se subme-

tam a ingerências indevidas do governo ou mesmo de familiares do chefe do poder executivo, à mingua de orientação técnica que justifique essa interferência". Esse episódio, ressaltado pelo tribunal, se soma ao veto do presidente a uma propaganda onde havia jovens negros e descolados e que já estava no ar. Novaes não apenas a tirou do ar, como defendeu a posição de Bolsonaro.

O TCU lembrou também que no primeiro ano de Novaes no Banco do Brasil, apesar da prometida austeridade, ele gastou R\$ 119 milhões com publicidade na internet e com uma escolha muito controversa de sites, como se viu. Houve outras polêmicas na sua gestão. Ele nunca defendeu os ideais liberais, na prática aceitou a intervenção, mas dizia que seu sonho era privatizar o banco. Poderia ter começado evitando que

a instituição fosse usada pelo governo de plantão.

Bolsonaro jamais defendeu uma única proposta liberal, mas Paulo Guedes e todos os outros economistas que trabalharam no comitê de campanha, como Rubem Novaes, transplantaram para dentro do programa vazio do então candidato do PSL um rio de promessas. Não as entregou. Isso não surpreende quem não cedeu ao autoengano. Mas agora o risco é fazer o exato oposto do prometido e seguir uma agenda antiliberal com o objetivo eleitoral. Naquela famosa reunião ministerial, o ministro Paulo Guedes falou claro: "vamos fazer todo o discurso da desigualdade, vamos gastar mais, precisamos eleger o presidente".

Está sendo formatado o novo programa - que eles chamam de Renda Brasil - para preencher o vazio de política social na gestão de Bolsonaro. Pelo visto, é o passo final da politização da economia. A pandemia empobreceu os pobres, será necessário ampliar o Bolsa Família e fortalecer as políticas sociais, mas tem que ser com um debate contábil transparente, com limites fiscais definidos e sem o uso dos recursos públicos para um projeto político que, além de tudo, nunca escondeu sua convicção autoritária.

NARA GENTIL



Índice calculado pela Fecomércio-BA já acumula queda de 41,1%

Famílias têm a menor intenção de consumo desde 2010

BANCO DO BRICS ELEGE A SUSTENTABILIDADE COMO FOCO NO PÓS-PANDEMIA

INVESTIMENTO O banco do Brics (grupo com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) avalia atualmente uma carteira de investimentos no país que soma US\$ 820 milhões, ou seja, mais de R\$ 4 bilhões. Para 2021, o volume dos projetos em análise pode passar de US\$ 1 bilhão, dependendo de como o cenário vai evoluir. São projetos de infraestrutura e logística que têm de se encaixar no que o banco elegeu como foco prioritário, especialmente no pós-pandemia: sustentabilidade.

SALVADOR O índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), da Fecomércio-BA, atingiu em julho o mais novo recorde negativo da série, iniciada em 2010, com 60,8 pontos, queda de 6% na comparação com junho. Desde março, quando começou a pandemia, o indicador acumula queda de 41,1%.

O consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, afirma que o item Perspectiva Profissional, representou a maior queda no mês com um valor de 11%, ao passar de 71,3 pontos em junho para os atuais 63,4 pontos. “As famílias também estão ficando mais inseguras em relação à atual posição de trabalho. O item Emprego Atual caiu 9%”, diz.

Ele aponta que o auxílio emergencial e algumas medidas do governo para minimizar os impactos da crise não foram suficientes para aumentar o nível de satisfação

sobre a renda. O item Renda Atual registrou 69,5 pontos, queda mensal de 6,2%.

A consequência da deterioração da avaliação do emprego, da renda e do crédito, é a redução de consumo. Apesar da ligeira alta de 1,7% em julho, o item Nível de Consumo Atual está com 52,6 pontos, ou seja, num patamar elevado de insatisfação. Da mesma forma que o item Perspectiva de Consumo que apontou leve queda de 0,7% e se situa nos 61,1 pontos.

O que chama a atenção de forma mais negativa no ICF é o item Momento para Duráveis. Houve aumento de 4,8% e a pontuação foi de 23,4 pontos. Isso significa que 9 a cada 10 famílias em Salvador consideram um mau momento para compra de produtos de valor mais elevado e que, normalmente, são adquiridos através de crédito e a longo prazo como geladeira, fogão, televisor, etc..

TAXA DE DESEMPREGO TERÁ REPIQUE EM SETEMBRO, CRÊ ADOLFO SACHSIDA

ALERTA Comemorada por membros do governo nos últimos meses, a alta moderada nos índices de desemprego durante a pandemia não reflete a realidade, afirmou à Folha de S. Paulo o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. “O desemprego já aumentou, os dados é que não mostram isso, sendo bem franco”, disse. “Temos de estar prontos. Em setembro, os índices de desemprego vão dar um repique grande”, afirmou Sachsida.

Gil Santos
REPORTAGEM
giliansantos@redebahia.com.br

Menos papel e mais agilidade. A Prefeitura de Salvador apresentou ontem mais dois eixos dos sete que foram anunciados na semana passada para incentivar a retomada da economia, e deixou claro que decretou guerra à burocracia. O pilar número três, chamado de "Melhorias do ambiente de negócios" prevê, entre outras ações, a simplificação dos processos e a digitalização de todos os serviços até setembro.

Na prática, a prefeitura quer agilizar os procedimentos para estimular a abertura de novas empresas e melhorar o atendimento ao cidadão, além de atualizar a cidade com novas regulamentações. Um dos exemplos é o procedimento para conseguir uma licença da Vigilância Sanitária que, agora, será totalmente digital. Ela foi batizada de Simplifica Visa e já está em vigor.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (Sedur), responsável por parte das autorizações municipais, está trabalhando com metas ambiciosas. O tempo para abertura de novas empresas, que atualmente leva em média 31 dias, vai cair para dez dias. No começo da atual gestão eram necessários 81 dias. Já o tempo médio para conceder licenciamento para obras de grande porte vai reduzir de 11 meses para três meses.

O prefeito ACM Neto explicou os objetivos da prefeitura. "Vamos adotar uma série de medidas para melhorar o ambiente de negócios, especificamente no que se refere à simplificação, dinamização e facilitação do relacionamento do privado, do investidor, com o poder público. É fundamental que a prefeitura se insira de uma vez por todas no mundo digital e que permita através das ferramentas de tecnologia que a vida do cidadão, principalmente do empreendedor e empregador, seja facilitada", disse.

Dois Projetos de Lei foram assinados pelo prefeito, ontem, com esse objetivo. Um deles prorroga os incentivos fiscais da outorga onerosa, estendendo o prazo de início das obras de 31 de dezembro de 2020 para 30 de junho de 2021. O outro PL determina que o processo de concessão de licenças ambientais aconteça todo de forma digital.

O município também vai permitir que o pagamento do Termo de Viabilidade de Localização (TVL) aconteça em parcela única, no fim da análise. Hoje, o empresário é obrigado a fazer parte do pagamento já na abertura do processo. Haverá também ampliação de incentivos para o Centro Histórico, e 791 atividades classificadas como de baixo risco terão o licenciamento desburocratizado.



Os novos pilares do plano de aquecimento da economia foram apresentados ontem pelo prefeito ACM Neto

Prefeitura lança novas ações para retomar economia

Ao todo, são 19 medidas para desburocratizar, digitalizar e simplificar serviços

INFRAESTRUTURA

O segundo pilar de retomada da economia trata de "Obras de infraestrutura e investimentos privados". As obras públicas têm 27 ações em mobilidade urbana, projeto Mané Dendê, Morar Melhor, patrimônio histórico, e infraestrutura urbana que vão gerar 15 mil novos empregos, diretos e indiretos. O recurso será de R\$ 1,1 bilhão dos cofres públicos.

Já os investimentos privados também estão atrelados ao setor da construção civil, com o licenciamento de 11 mil novas unidades residenciais e 25 empreendimentos comerciais. O total será de R\$ 5 bilhões, e a expectativa é de que sejam gerados 30 mil novos empregos, diretos e indiretos.

Durante o anúncio, o prefeito ACM Neto assinou um termo de autorização para a construção de 260 novas unidades habitacionais do Projeto Mané Dendê, que vai oferecer saneamento ambiental, urbanização, e implantação de escolas, centros comunitários, termi-

nais de ônibus e outros equipamentos urbanos no Subúrbio Ferroviário. No total, serão investidos R\$ 311 milhões. O projeto determina também a entrega de 970 novas unidades habitacionais e o reassentamento de 414 famílias.

Já o Mora Melhor será retomado para atender 10 mil novas famílias. Foram citadas também as obras de construção ou requalificação do BRT, Casa da História e Arquivo Público, Casa dos Azulejos, Arcos da Ladeira da Montanha, Elevador do Taboão, Mercado Modelo, Museu da Misericórdia, Cais da Gamboa, Avenida Sabino Silva, entre outras. Todas já estão com recursos assegurados.

A estimativa é de que os sete eixos planejados pela prefeitura estimulem o surgimento de 50 mil novos empregos, diretos e indiretos, nos setores da construção civil, mercado imobiliário, economia criativa, mercado de tecnologia, turismo, e serviço de saúde. As outras quatro vertentes serão detalhadas nos próximos dias.

Queremos uma prefeitura cada vez mais ágil e transparente, o que fortalece a confiança do setor privado, que se sente mais amparado para investir na cidade ACM Neto
Prefeito de Salvador

Esse apoio do prefeito só vem corroborar e dar mais incentivo para o nosso mercado crescer
Cláudio Cunha
Presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia

Mercado imobiliário baiano aprova medidas

As novas medidas de incentivos à retomada da economia de Salvador, anunciadas ontem pela prefeitura, foram bem recebidas pelo mercado. O setor da construção civil, por exemplo, ganha celeridade, o que reduz o tempo de obra e tem a capacidade de refletir na economia de Salvador, afirma o presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (Ademi-BA), Cláudio Cunha.

"Com a utilização do sistema de modelagem para poder fazer a análise do projeto de forma eletrônica, o prazo de aprovação será reduzido isso traz para a gente uma condição de fazer um cronograma real e assertivo, o mercado depende do tempo para ser lançado. A digitalização dos processos da prefeitura nos permite ganhar tempo e aproveitar o momento do mercado imobiliário", disse Cunha.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Imobiliário da MRV, Rafael Pires e Albuquerque, a redução da burocracia também diminui o custo dos empreendimentos para as construtoras.

ACM Neto diz que início de retomada foi 'muito positivo'

O prefeito ACM Neto avaliou ontem que a reabertura de shoppings e de grandes lojas aconteceu dentro do esperado e de modo "muito positivo". "Em geral, a avaliação da prefeitura sobre o desempenho dos shoppings centers, comércio de rua acima de 200 m², centros comerciais, igrejas, nossa avaliação é que foi muito positivo. Em geral, todos esses estabelecimentos cumpriram os protocolos desenhados pela prefeitura em conjunto com o governo", destacou Neto.

Ele disse que a prefeitura acompanhou com cuidado essa volta das atividades. "Havia uma preocupação muito grande da nossa parte de como seria esse começo de retomada. Salvo algumas situações pontuais, de caráter excepcional, nós avaliamos que essa retomada foi muito positiva, que aconteceu dentro dos padrões de segurança que haviam sido estabelecidos pelo poder público", disse.

Mais*

EM SEGUNDA SESSÃO, CÂMARA SUGERIU DOAÇÃO DE OUTRO TERRENO PARA INDÚSTRIA, MAS FRACASSOU

DIVULGAÇÃO



Estudantes da UFRB e lideranças civis comemoram resultado

Doação de terreno em Santo Amaro é cancelada

Câmara da cidade não reuniu 10 votos necessários para tirar área da UFRB

Marcela Villar*, Hilza Cordeiro e Victor Villar
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Em sessão marcada por tensão e até gritaria, a Câmara Municipal de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, votou, ontem, o projeto de lei que passava a posse de um terreno às margens do Rio Subaé, anteriormente doado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para instalação de um campus, para a empresa Orbi Química, de São Paulo.

Em convocação extraordinária, por 9 votos a favor de passar a área para a fábrica e 5 contrários, a universidade acabou obtendo a vitória porque seriam necessários 10 votos para a aprovação da pauta, já que o regimento da casa exige 2/3 dos votos para que um projeto siga em tramitação. Um dos parlamentares não compareceu à sessão porque está com suspeita de covid-19. Com isso, os vereadores favoráveis à empresa paulista não obtiveram os 10 votos necessários.

Na última semana, o tema foi levantado pelo cantor santamarense Caetano Veloso e causou alvoroço no município, que já tem uma longa história de contaminação por metais pesados de outras indústrias.

Ontem, logo no início da discussão, os ânimos se exaltaram porque os vereadores não tiveram acesso à emenda que iriam votar no dia. Segundo eles, o presidente da casa, o vereador Herden Cristiano (DEM), só encaminhou o conteúdo 10 minutos antes da sessão.

"Você não é o dono da Câmara, o senhor tem que passar a emenda para a gente poder ler, interpretar e votar", reclamou Nelson da Ouro do Mar (PSDB). A objeção foi compartilhada pelos outros vereadores.

A votação do projeto de lei que entregaria o terreno, localizado no perímetro urbano, à empresa Orbi Química gera discussão na cidade e fora dela, por razões não só econômicas ou ambientais. É que o mesmo terreno onde um dia funcionou a primeira siderúrgica do Nordeste, a Fundação Tarzan, foi doado em 2005 à UFRB para a construção do campus de Santo Amaro. O atual projeto, de autoria do prefeito Flaviano Rohrs (DEM), desejava tirar a posse da UFRB.

PROMESSA DE EMPREGOS
Parte dos vereadores queria garantir a destinação do terreno à empresa, que tinha estimado levar 120 empregos e movimentar a economia local. A oposição, no entanto, justificou que o terreno é de titularidade da universidade e que na área em questão, situada em volta do rio, trabalham cerca de 20 mil pescadores e marisqueiras. A instalação da atividade industrial poderia colocar em risco o ecossistema.

De acordo com a Prefeitura de Santo Amaro, o terreno teria voltado legalmente para a posse do município, já que a UFRB não cumpriu o compromisso de entregar o campus da cidade até 2016. No entanto, a reitoria da

universidade disse que foi surpreendida com a notícia na página da prefeitura no Facebook de que uma audiência pública teria sido realizada no dia 22 de julho. "É estranho que em nenhum momento a universidade tenha sido convidada para algum diálogo ou sequer informada sobre as pretensões da prefeitura em relação ao local", diz a nota.

Diretor do campus, que funciona provisoriamente numa escola, Danillo Barata argumentou que, se a posse fosse mesmo da prefeitura, não haveria necessidade do prefeito criar um projeto para transferir a titularidade. "Se fosse da prefeitura, ela poderia fazer destinação direta", disse.

Alguns vereadores abandonaram a sessão por não obterem a vitória para a fábrica. Do lado de fora da sala, representantes de associações da sociedade civil, alunos e professores da UFRB se manifestaram nos corredores para que os vereadores levassem em conta os impactos da medida.

ALTERNATIVA

A casa chegou a propor uma emenda substitutiva para o projeto a fim de que a Orbi Química pudesse ter nova área para se instalar na cidade. A matéria foi votada pela manhã, mas também não obteve os 10 votos exigidos.

De acordo com um documento de 2012 da prefeitura, o lote foi doado à UFRB para que a mesma implementasse um campus até 2016. A prefeitura alega que, se o prazo não fosse cumprido, a posse voltaria para o município. Contudo, a universidade ainda arca com todos os impostos do terreno. Mas não conseguiu ainda os recursos para a criação do campus.

COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Vereadores e empresa lamentam resultado de pleito

Presidente da Câmara de Santo Amaro e autor da emenda que pretendia doar outro terreno à empresa paulista, após o fracasso na tentativa de doação do terreno da UFRB, Herden Cristiano lamentou as decisões dos colegas. "Já existe um polo industrial, de autoria do próprio prefeito, votado em 2018. A gente solicitou que a empresa fosse implantada neste local, até para o crescimento da cidade, e para que outras viessem. Infelizmente, votaram contrários à ida da empresa para o Polo Industrial", explicou.

O prefeito Flaviano Rohrs não atendeu às ligações do CORREIO para comentar o caso. Mas, em seu Facebook, publicou vídeo em que diz: "Com desculpas esfarrapadas, votaram contra. Não fez questão nem ambiental e nem política. Quem perde é o povo de Santo Amaro. Quem perdeu a oportunidade foi nossa juventude, as mães e pais de família que clamam por empregos", afirmou.

Em resposta por e-mail, o CEO da Orbi Química, Rogério Fiorotto Seabra, também lamentou que as decisões não foram favoráveis à aprovação da ida da empresa para Santo Amaro, mas disse respeitar o voto do legislativo municipal e garantiu que ainda tem interesse em se instalar na Bahia. A empresa informou que ontem recebeu ligações de outros municípios interessados em receber a fábrica.

Durante a semana, as associações civis de Santo Amaro encaminharam um documento aos Ministérios Públicos estadual e federal explicando o imbróglio sobre o terreno da UFRB. O texto menciona infrações ao Código Ambiental de 2019, à Lei Orgânica do Município e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Vereador Herbem Cristino afirmou que a Câmara vai estudar formas de atrair fábrica

Elles estavam passando por cima de toda a legislação municipal
Luaneira

integrante da Associação dos Remanescentes do Quilombo de Acupe, sobre resultado de votação

Quem perde é o povo de Santo Amaro. Quem perdeu a oportunidade foi nossa juventude
Flaviano Rohrs

Prefeito de Santo Amaro, no Facebook

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 28/07/2020	Página: 02

Tribuna

Refinaria vendida

O Conselho de Administração da Petrobras anunciou que aprovou o início da fase de negociação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), em Mataripe, com o fundo soberano de Abu Dhabi, dos Emirados Árabes. A Mubadala Investment Company apresentou a melhor proposta para a compra da RLAM, e a estatal imediatamente deu início às negociações. A Petrobras não divulgou o valor da proposta da Mubadala, mas foi mais atrativa do que a apresentada pelo Essar Group, um grupo indiano que também estava interessado. Além da refinaria, será vendido quatro terminais portuários no estado: Candeias, Itabua, Jequié e Madre de Deus.

Investimentos

As obras da Linha Azul, que compreendem a ligação Lobato Pirajá, a duplicação da Avenida Gal Costa e a ligação com a Avenida Pinto de Aguiar, estão em andamento e já valorizam os imóveis no entorno. Além dos canteiros de obras da própria via, já há às margens da Avenida Gal Costa um posto de gasolina pronto, aguardando para ser inaugurado, e outras construções. Com o investimento de aproximadamente R\$ 640 milhões do Governo do Estado, a Linha Azul é um corredor de tráfego com extensão de aproximadamente 12 quilômetros que interliga a orla atlântica, na altura de Patamares, até a Avenida Suburbana, na altura do Lobato, compreendendo a Avenida Pinto de Aguiar, já executada em etapa anterior, a Avenida Gal Costa, em fase de duplicação, e a ligação Lobato Pirajá, também concluída.

Tribuna

RETOMADA ECONÔMICA

Câmara de Salvador vai debater reabertura do comércio na pandemia

DISCUSSÃO

será transmitida pelo Facebook da TV Câmara Salvador



(REDAÇÃO)

Por sugestão da Ouvidoria da Câmara Municipal, acatada pelo presidente Geraldo Júnior (MDB), a sessão ordinária de hoje será transformada em especial, temática, para discutir a retomada da atividade econômica em Salvador. Contando com a presença de autoridades, empresários e estudiosos, o debate será transmitido pelo Facebook da TV Câmara, permitindo que o público participe interagindo através de comentários.

“Como mediador entre o meio empresarial e comercial da cidade do Salvador e o Poder Executivo, sempre

buscamos equilibrar a equação: preservação das vidas e manutenção dos empregos que também salvam vidas”, pontua o presidente da Câmara. “A expectativa da sessão desta terça é grande. Vamos converter uma sessão ordinária em temática, onde teremos a participação de setores empresariais e do setor público. Os empresários merecem a nossa atenção e nosso reconhecimento”, emendou.

Alternativas

A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), ouvidora-geral da Casa, destacou a importância do debate: “É necessário que a cidade discuta esse assunto e a Câmara tem a responsabili-

de de acompanhar e fiscalizar as políticas públicas”. O momento de pandemia, segundo ela, é muito complexo, “causando sofrimento tanto no âmbito da saúde quanto da economia”.

Entre os nomes que já confirmaram presença estão Carlos Andrade, presidente do Fecomércio/BA; o epidemiologista Maurício Barreto, Renato Ezequiel, presidente do Sindicatos dos Empregados do Comércio de Salvador, e o secretário municipal de Gestão, Tiago Dantas. “Esperamos que as pessoas participem e apresentem suas observações e propostas. É a Câmara cumprindo o seu papel de pôr a cidade em pauta”, convida a ouvidora.

Prefeitura anuncia investimento bilionário para a retomada econômica

Redação

A Prefeitura de Salvador anunciou ontem (27) mais novidades sobre as estratégias para impulsionar a retomada econômica da cidade, inclusive a geração de empregos, visto que muitos ficaram desempregados durante a pandemia do coronavírus, que provoca a Covid-19. Um dos pilares apresentados foi o "Melhoria do ambiente de negócios", que visa a aceleração de processos e soluções digitais, eliminando burocracia e estimulando o surgimento de novas empresas.

Todo o plano anunciado pelo prefeito ACM Neto possui sete pilares de implementação. No total, são 101 ações, com R\$7 bilhões em investimentos, sendo R\$6 bilhões captados junto ao setor privado, e 50 mil empregos gerados. O pilar "Melhoria do ambiente de negócios" soma 46 ações, algumas envolvendo decretos de normatização internos e envio de projetos de lei à Câmara de Vereadores.

"Teremos medidas que visam estimular a criação de empresas, simplificar e digitalizar serviços e atualizar a

nossa legislação. Uma dessas ações é o e-Salvador, através da qual vamos disponibilizar, até setembro, toda a comunicação e gestão de documentos oficiais por meio de sistema eletrônico, eliminando o papel, o que vai trazer economia para o município e promover celeridade e produtividade por parte da Prefeitura", disse Neto.

A melhoria do ambiente de negócios passa pelo estímulo a soluções tecnológicas e plataformas digitais, o que se tomou primordial durante o isolamento social imposto pela pandemia, visando simplificar processos junto ao poder público com a modernização e inovação do atendimento, sem abrir mão da segurança, com mais transparência e celeridade.

"Queremos uma Prefeitura cada vez mais ágil e transparente, o que fortalece a confiança do setor privado, que se sente mais amparado para investir na cidade", disse o prefeito. Ele frisou que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur) já está realizando o atendimento de forma digital, com mais de 120 procedimentos por dia.

A meta da secretaria é alcançar um prazo de até dez dias para abertura de empresa na cidade. Desde 2017, esse prazo já foi reduzido de 81 para 31 dias. Além disso, com o novo sistema de licenciamento, o tempo de análise de empreendimentos de grande porte será reduzido de 11 para três meses. Tem mais: 60% licenças ambientais serão expeditas em 48 horas.

Outros pilares - O chefe do Executivo municipal também apresentou na segunda o que se refere a "Obras de infraestrutura e investimentos privados". Na semana passada, o prefeito já havia lançado o "Soluções urbanas". Os demais, com lançamento previsto para os próximos dias, são "Apoio a pequenos empreendedores", "Fortalecimento da economia criativa e de inovação", "Medidas tributárias e fiscais" e "Estímulo ao turismo". Entre as outras ações estão o atendimento com hora marcada para todos os serviços da Sedur; procedimento para recebimento de documentos de forma on-line pela mesma secretaria; consulta digital ao PDDU e a Louros.

Mercado financeiro reduz projeção de queda do PIB

KELLY OLIVEIRA – REPÓRTER
DA AGENCIA BRASIL -
BRASÍLIA

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,95% para 5,77%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma pre-

visão há nove semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

INFLAÇÃO

As instituições financeiras consultadas pelo BC também ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 1,72% para 1,67%, neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3%, há seis semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

Para bancar Renda Brasil, governo quer limitar acúmulo de benefícios

Beneficiários de abono salarial e salário-família simultaneamente, por exemplo, estão na mira

Thiago Resende e
Bernardo Caram

BRASÍLIA Na reformulação e na ampliação do Bolsa Família, o governo prepara um levantamento de quantas famílias no Brasil recebem mais de um benefício social.

A ideia é limitar essa acumulação e, dessa forma, conseguir abrir espaço no Orçamento para o programa que vem sendo desenhado pela equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), chamado de Renda Brasil.

O governo já tem em mãos um estudo elaborado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) no ano passado que mostra que 15,4 milhões de famílias recebem o abono salarial e também o salário família. Esses benefícios estão na mira da equipe econômica para bancar o Renda Brasil.

O abono salarial, cujo valor é de até um salário mínimo (R\$ 1.045), é uma espécie de 14º salário pago pelos cofres públicos a trabalhadores com carteira assinada.

O salário família é pago a trabalhadores formais e autônomos que contribuem para a Previdência Social. O valor varia de acordo com a quantidade de filhos.

Os dois benefícios, portanto, atendem a pessoas que, na avaliação do governo, estão acima da linha de pobre-

za. Por isso, a ideia é usar parte desses recursos no Renda Brasil, que ampliará a cobertura da parcela mais vulnerável da população.

Segundo o mesmo levantamento, 9,3 milhões de lares recebem o Bolsa Família e o abono salarial. "Isso porque muitas famílias que têm um membro no mercado de trabalho formal estão também no Bolsa Família", diz a pesquisa.

Além disso, 5,8 milhões de domicílios recebem o salário família e o Bolsa Família, que atende pessoas em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês.

Com o novo programa social, o governo não vai propor ampliação de gastos na área social. O argumento é que há restrição orçamentária e que esse tipo de gasto já é alto, mas mal focado.

Para convencer o Congresso a alterar programas sociais já existentes e fundir os ao Renda Brasil, portanto, o governo pretende usar o argumento de que os recursos precisam ser mais bem distribuídos.

O orçamento do abono salarial é de R\$ 26 bilhões por ano. O salário família custa em torno de R\$ 3 bilhões por ano. Já a verba anual do Bolsa Família é de R\$ 32,5 bilhões.

Outro benefício social que deve ser revisto pelo gover-

no é o seguro-desafeso, auxílio pago ao pescador artesanal. O orçamento do programa é de aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano.

Na tentativa de otimizar os gastos nessa área, o governo estuda uma espécie de trava para impedir que pessoas de renda mais elevada acessem benefícios que deveriam ser direcionados à baixa renda.

Programas que não cumpram esse objetivo seriam encerrados. Um deles, com ex-

INSS autoriza prova de vida por meio de procurador durante a pandemia

Desde esta segunda-feira (27) aposentados e pensionistas do INSS podem fazer a prova de vida por meio de procurador ou representante legal que não está cadastrado no instituto previdenciário. A medida vale por 120 dias, para beneficiários com mais de 60 anos de idade em caso de ausência por viagem, impossibilidade de locomoção ou doença contagiosa. A prova de vida é uma exigência feita a quem recebe aposentadoria ou pensão do INSS. O beneficiário, uma vez ao ano, precisa provar que está vivo para não perder o benefício

tinção já anunciada pelo governo, é a desoneração tributária da cesta básica. Como o desconto de tributos é feito em todos os produtos da lista, famílias ricas também se beneficiam desse gasto do governo.

Ainda na área tributária, a equipe econômica quer reestruturar o Imposto de Renda para acabar com deduções. O argumento é que o mecanismo tem alto custo e apenas gera ganhos para as classes média e alta.

Segundo o estudo do Ipea, 3,4 milhões de famílias recebem o abono salarial e conseguem reduzir o IR por meio da dedução de dependentes. Isso, segundo técnicos, seria um acúmulo de benefícios. Além de ampliar o Bolsa Família, o governo estuda a criação de um programa de emprego exclusivo para famílias de baixa renda atendidas pelo Renda Brasil.

Com regras trabalhistas mais flexíveis, o beneficiário poderia começar a ingressar no mercado de trabalho e continuar recebendo —parcialmente— a assistência social do governo até conseguir uma vaga sob as regras da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A ideia é que essas pessoas, que terão acesso à nova Carteira Verde e Amarela (alguns técnicos chamam inclusive de Carteira Azul), também façam

parte de um regime especial de Previdência.

Os depósitos a serem feitos nesse regime poderão ser sacados apenas quando o trabalhador se aposentar ou, se não completar os requisitos (o que deve ser bastante comum), passar a receber o BPC (benefício assistencial pago a idosos carentes). Portanto, seria uma complementação.

Esse modelo vem sendo comparado a uma versão do FGT5 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Na flexibilização das normas trabalhistas para tentar incentivar a formalização de trabalhadores de baixa renda, o governo avalia reduzir encargos pagos pelos patrões, inclusive o próprio FGT5.

Isso não representaria uma queda na arrecadação federal, mas sim para o trabalhador, pois o fundo é do empregado.

O governo ainda não divulgou uma previsão de quando vai apresentar a proposta de criação do Renda Brasil ao Congresso.

Técnicos do Ministério da Economia defendem que o programa social entre em vigor ainda neste ano, mas, para isso, o governo precisa aprovar uma série de mudanças na área social no Congresso.

Para alterar o abono salarial, por exemplo, é necessário amplo apoio nas duas Casas, pois as regras desse benefício estão na Constituição.

Programas sociais devem ser fundidos no Renda Brasil

Os programas atuais
Orçamento, em R\$ bi



Perfil dos programas atuais

Bolsa Família

Requisitos famílias na faixa de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês
Benefício R\$ 191, em média, por mês

Abono salarial

Requisitos carteira assinada e ter renda mensal média de até dois salários mínimos (R\$ 2.090)
Benefício valor é proporcional aos meses trabalhados e varia de R\$ 88,00 a um salário mínimo (R\$ 1.045), pago apenas uma vez por ano

Salário-família

Requisitos ter remuneração mensal de até 1.425,56 e ter filhos de até 14 anos
Benefício R\$ 48,62 por filho por mês

Seguro defeso (auxílio a pescadores)

Requisitos ter registro de pescador artesanal e não ter vínculo de emprego
Benefício um salário mínimo (R\$ 1.045) por mês durante o período de paralisação da pesca

Governo quer travar acúmulo de benefícios

Famílias beneficiadas, em mi



Fontes: Ipea, INSS e Ministério da Economia

E daqui pra frente?



O Safra só é o Safra porque, há mais de 175 anos, está sempre pensando sério no "daqui pra frente".

Nossos especialistas têm um cuidado especial a cada escolha e a cada movimentação.

Daqui pra frente, repense seus investimentos.

Abra sua conta agora.
Invista como um especialista.



Safra

A reforma que pode mudar o futuro do Brasil

Folha, CNI, Sesi e Senai promovem em 30 de julho o webinar "Indústria em Debate: Custo Brasil e Reforma Tributária", com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e da CNI, Robson Andrade; do vice-presidente da FIESP, José Ricardo Roriz; e o economista Affonso Celso Pastore

Há grandes chances de a reforma tributária sair do papel ainda este ano. Já se passam mais de duas décadas, mas tudo indica que, agora, governo, Congresso Nacional e sociedade se entenderam sobre a urgência de se reformar o sistema tributário brasileiro para remover o maior peso do chamado Custo Brasil. A carga tributária de 33% do Produto Interno Bruto (PIB) é alta, mas o foco deve ser na simplificação. O primeiro passo, portanto, é alterar a composição da estrutura tributária, substituindo impostos ruins por outros de melhor qualidade.

No momento, estão em debate duas propostas de emenda à Constituição, uma da Câmara dos Deputados e outra do Senado, e o Poder Executivo apresentou um projeto de lei. Diante disso, a Folha, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) promovem em 30 de julho o webinar *Indústria em Debate - Custo Brasil e Reforma Tributária*. O evento começa às 9h e terá transmissão ao vivo no site da Folha (folha.com/industria-em-debate).

"Nossa ideia é pavimentar o caminho para o Brasil ter um sistema tributário moderno, simples, eficiente, sem cumulatidade e alinhado às boas práticas internacionais. Além disso, temos expectativas de aumentar a segurança jurídica e, sobretudo, melhorar a competitividade da economia", afirma o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

De acordo com o professor e pesquisador sênior do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Isaias Coelho, é absolutamente necessário rever o desenho tributário brasileiro

PAÍS TEM CARGA TRIBUTÁRIA MUITO ALTA >>>

Peso dos tributos no Brasil em comparação com nações mais desenvolvidas

(CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB) - BRASIL E CARGA TRIBUTÁRIA DE OUTROS PAÍSES

	Brasil	33,58%
	Estados Unidos	26,0%
	Coreia do Sul	26,3%
	Chile	20,4%
	Dinamarca	45,9%
	França	45,3%
	Bélgica	44,2%
	Escócia	55,5%
	Reino Unido	33,2%

As propostas de reforma tributária em discussão no Congresso Nacional

PEC 45/2019 (Câmara dos Deputados)

O que propõe

Extinquir cinco tributos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - federal;
 - Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) - federal;
 - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - federal;
 - Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) - estadual; e
 - Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) - municipal.
- Criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

PEC 110/2019 (SENADO)

O que propõe

Extinquir nove tributos:

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - federal;
- Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) - federal;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) - federal;
- Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) - estadual;
- Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) - municipal;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - federal; Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep) - federal;
- Salário-Educação (contribuição social destinada ao financiamento de programas) - federal; e
- Cide-Combustíveis (contribuição social destinada a investimentos em infraestrutura de transporte) - federal.

para eliminar ou reduzir tributos no desenvolvimento econômico e social. "Entre os principais problemas que precisam ser resolvidos se destacam a tributação de bens de capital, que onera o investimento, e a tributação de exportações, via resíduos tributários e retenção de créditos acumulados, que atrapalha a inserção do país nas cadeias globais de valor", explica.

RISCO AO INVESTIDOR

Além disso, o sistema brasileiro de tributação sobre consumo destoa

completamente do padrão internacional, tanto dos países desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento. Esse descompasso dificulta a entrada de multinacionais estrangeiras, que precisam se debater sobre o intrincado sistema brasileiro para se adaptar a inserção do país nas cadeias globais de valor, explica.

diretos e indiretos dos tributos sobre bens e serviços. Em outros países, esse custo é muito menor. Na Austrália, por exemplo, a tributação eleva em 12% o custo do mesmo tipo de investimento. No México, o acréscimo é de 1,6% e, no Reino Unido, de apenas 0,4%, o que mostra a ineficiência do sistema brasileiro.

Para Sérgio Gobetti, economista e especialista em finanças públicas, a reforma tributária deve ser vista sob duas dimensões. "Do ponto de vista do setor produ-

tivo, ela tende a corrigir essa colcha de retalhos construída há mais de 50 anos. Mas tem um ponto de justiça social e tributária. Nosso modelo é concentrado em receita na região de São Paulo, que tem 22% da população. Vamos uma guerra fiscal insana. Esse é um modelo injusto, porque quem paga o ICMS e o ISS é o cidadão, então tudo mais justo do que o imposto retorne para onde essas pessoas vivem", analisa.

A proposta que a indústria defende

O sistema tributário brasileiro é repleto de distorções e custos desnecessários. A indústria, que enfrenta concorrência externa, está sujeita a carga tributária mais elevada do que os demais setores. Com uma participação de 20,9% na economia, a indústria é responsável por 33% da arrecadação de impostos federais e por 31,2% das contribuições ao INSS.

Para a CNI, a reforma tributária deve substituir os atuais tributos sobre o consumo (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI), além do IOF, por um único imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

O IVA deve ter alíquota uniforme para todos os bens e serviços, garantindo a igualdade na tributação sobre o valor gerado por cada setor econômico e, assim, uma distribuição mais justa da carga tributária. Além disso, o IVA deve permitir a apropriação como crédito do tributo pago em todas as compras feitas pelas empresas e devolução bem mais rápida dos saldos credores.

A indústria também defende que a arrecadação seja feita no destino do produto, para acabar a guerra fiscal entre os estados. O novo IVA também deve prever crédito imediato nas compras de máquinas e equipamentos, com desoneração dos investimentos.

A reforma também precisa estabelecer período de transição, dando tempo para as empresas se adaptarem e, nesse período, a manutenção dos atuais incentivos fiscais. A CNI também defende a manutenção da carga tributária global atual, a criação de instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional e tratamento tributário favorecido para a Zona Franca de Manaus.

"Não há mais espaço para empresas e cidadãos pagarem mais impostos"

Presidente da CNI avalia que, após 25 anos de debates, cenário é favorável para aprovação de uma ampla reforma tributária

O termo Custo Brasil apareceu pela primeira vez num seminário promovido pelo Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1995. Naquela ocasião, com praticamente um ano de Plano Real, os empresários alertaram para a necessidade de uma reforma tributária que eliminasse a cumulatidade de impostos. A história mostra que o problema não foi resolvido e se agravou.

Nessa entrevista, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, explica por que acredita que as mudanças, enfim, vão ocorrer e como deve ser a reforma que contribuirá para o crescimento sustentado do país.

Já se vão quase três décadas de debates sobre reforma tributária. O sr. avalia que chegamos a um ponto que o debate está maduro?

A reforma tributária é imprescindível para dar mais competitividade às empresas nacionais e,

consequentemente, incentivar o crescimento econômico sustentável. Perdemos muitas oportunidades de concretizar alterações nas regras tributárias desde a Constituição Federal, em 1988. As tentativas esbarraaram justamente na falta de consenso entre os entes da Federação, que tentam, sobretudo, perder receitas

vestimentas e exportações e reduzindo os obstáculos ao bom funcionamento das empresas. Os maiores déficits do atual modelo são a complexidade e a cumulatidade. Os custos de se administrar as obrigações tributárias impõem uma clara desvantagem dos produtos nacionais, tanto na competição no mercado externo como

vada uma reforma ampla com a inclusão de impostos das esferas federal, estadual e municipal. Falamos de uma IVA Nacional que inclua, além de PIS/PASEP e Cofins, também o IPI, o IOF, o ICMS e o ISS. Ainda que não reduza a carga tributária brasileira as propostas em discussão no Congresso devem simplificar o pagamento de impostos no Brasil.

Qual a avaliação da indústria sobre a proposta apresentada pelo governo federal?

Há pontos positivos como a mudança do atual modelo de crédito físico para o sistema de crédito financeiro, o que reduz complexidade e incerteza. Essa mudança também levará à redução da cumulatidade. Mas há alguns pontos a serem aprimorados, como garantir que a nova contribuição não resulte no aumento da carga tributária. É importante ter clareza de que não há mais espaço para empresas e cidadãos pagarem mais impostos.

"Nossos principais concorrentes não se submetem a um sistema tão complexo e caro como o brasileiro"

no período de transição. Percebo que esse cenário mudou.

Qual deve ser a linha mestra de uma reforma tributária para o setor industrial?

A diretriz básica é simplificar o sistema tributário e torná-lo mais racional, desonerando in-

terno, diante dos importados. Nossos principais concorrentes não se submetem a um sistema tão complexo e caro como o brasileiro.

A indústria tem preferência por alguma das reformas no Congresso?

Para a indústria é importante que seja apro-



Andrade: proposta do Poder Executivo é positiva, por reduzir cumulatidade e incertezas, mas pode ser aprimorada

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painel@grupofolha.com.br

Deu pau

A EQI, escritório de agentes autônomos que prepara sua saída da XP em 60 dias para montar sua própria corretora ao lado do BTG, enviou uma notificação extrajudicial à XP nesta segunda (27) pedindo que ela apresente provas da acusação feita neste sábado ou que se retrate. Na noite de sexta (24), a XP bloqueou em seu sistema a conexão dos assessores da EQI e, no sábado (25), justificou que havia identificado uma tentativa de violação de dados de clientes por meio de um robô.

BUGOU O escritório de agentes autônomos pede que a reatuação e a prova sejam mostradas em 48 horas. Procurada pela coluna, a XP diz que "as infrações identificadas já foram encaminhadas aos órgãos reguladores e Banco Central".

TRAVOU Na notificação enviada nesta segunda, a EQI afirma que a XP, a princípio, disse que não havia suspensão de acesso, mas manutenção técnica. O escritório de agentes autônomos diz que no dia 14 seu pessoal de tecnologia fez um procedimento correto de acesso a dados com o e-mail da empresa, mas que durante dez dias a XP não reclamou.

DELAY "Por que a XP demorou dez dias para tomar as alegadas medidas de proteção a dados sigilosos dos clientes? Certamente porque sabia que não havia ameaça alguma a esses dados", diz o comunicado da EQI.

TELA AZUL O escritório de agentes autônomos afirma que a acusação é grave e causa estranheza que a XP não aponte quem foi o usuário que realizou o acesso, nem o horário. "Da forma como conta a história, a XP faz crer que seu sistema pode ser violado a qualquer hora de maneira simples e fácil", diz a EQI.

AR O requerimento dos líderes partidários da Câmara que pede urgência na análise do projeto da nova Lei do Gás deve ser votado nesta quarta (29). O projeto trata da expansão da concorrência no setor.

PRESSA Em debate desde 2013, o texto foi aprovado em outubro pela Comissão de Minas e Energia da Câmara. O projeto aborda a contratação de capacidade em gasodutos e novos regras para autorizar o transporte e a estocagem do combustível.

CASA Uma ação recente da Camacado que ofereceu 30% de desconto nas compras feitas só em suas lojas físicas chamou a atenção de consumidores neste momento em que parte dos compradores recusa sair de casa. Procurada, a loja de decoração diz que a promoção também valia para as compras pelo WhatsApp e que faz ofertas no e-commerce.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Junho em % ao mês

Mínimo	Máximo
6,00	8,00
Cheque especial	Emprestimo pessoal
3,89	7,89

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência julho*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para as empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

SAIR Políticos, celebridades e figuras públicas no Reino Unido começaram um boicote de 48 horas ao Twitter e ao Instagram nesta segunda (27) após uma série de críticas à forma como as plataformas reagiram a comentários antissemitas feitos pelo rapper britânico Wiley na sexta (24).

CANCELADO O Twitter e o Instagram removeram uma série de posts em que o artista judaica e o Ku Klux Klan e impediram Wiley de fazer novas postagens por uma semana. Porém, parte dos posts, que incluem uma ligação entre judeus e americanos proprietários de escravos, segue pública.

ONDA O boicote às redes sociais ganhou apoio da principal entidade judaica dos EUA, o American Jewish Committee, do ator Jason Isaacs, da banda McFly, entre outros. O Facebook disse que não havia lugar para discursos de ódio no Instagram. O Twitter afirmou que a plataforma condenou fortemente os abusos e proibiu conteúdos de ódio.

COFRE A pandemia derrubou a arrecadação de ICMS no estado de SP em 10,4% de março a junho, ante os mesmos meses em 2019, segundo o Sinafresp (Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas de SP). A receita estadual com o tributo foi de R\$ 42,3 bilhões no período. No ano passado, foram R\$ 47,2 bilhões. A maior retração foi em maio, de 22,8%.

OSSO A marca de rações Pedigree e a ONG Ampara Animal vão usar as videoconferências do Zoom para uma campanha de adoção. A ideia foi testada nos EUA para tentar mitigar o impacto sobre as adoções na pandemia. A primeira reunião virtual para apresentar os animais aos interessados em adotá-los será na sexta (31).

CLIQUE O empresário Abílio Diniz é o convidado do Ao Vivo em Casa, a série de lives no site da Folha, desta terça (28). Às 17h, ele vai falar sobre a chance de sobrevivência de pequenos e médios negócios na pandemia. Abílio é um dos fundadores do Estimulo 2020, programa criado por grandes empresários para dar crédito aos pequenos nesta crise.

IMPOSTO DE RENDA

En R\$	Alíquota em %	Dedução em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,69	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5% a 9,74%	713,09
Empregador	20%	250,50

*O prazo para o patrão da domicílio vencer em 7 ago. Água de pagamento dos patões inclui a contribuição ao INSS do empregador e da domicílio, a FGTS, a multa para a demissão e seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da domicílio pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

42% dos acordos na crise tratam de corte de salário ou suspensão de contrato

Negociações sobre reajuste entre maio e junho são substituídas por questões relativas aos impactos econômicos do coronavírus

Fernanda Perrin

SÃO PAULO A fatia de acordos e convenções que tratam de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato alcançou 42% dos firmados entre março e junho, segundo levantamento feito pelo Dieese. Nesse período, foram registrados 7.398 instrumentos coletivos, sendo que 55% deles continham alguma cláusula relacionada à pandemia. Os setores de serviços e indústria foram os que mais citaram a Covid-19.

Do mesmo tempo, o número de acordos e convenções sobre reajuste salarial no primeiro semestre caiu 28% em comparação com o mesmo período do ano passado. O mês de abril foi o que registrou maior queda, de 41%.

Como o número total de instrumentos firmados permaneceu estável — em 2019, foram 8.574 e, em 2020, 8.927 —, a redução indica que as negociações sobre reajuste foram substituídas por questões relativas aos impactos da Covid-19.

Segundo Luis Ribeiro, técnico do Dieese responsável pelo levantamento, a análise preliminar dos dados aponta que um quarto das negociações de reajuste salarial nesse período não conseguiu repor a inflação (a entidade ainda está finalizando o balanço completo do primeiro semestre). "É um sinal ruim porque a inflação está muito baixa e mesmo assim não vemos categorias conseguindo repô-la", afirma Ribeiro.

A crise, o desemprego em alta e as dificuldades financeiras das empresas fragilizam a posição de negociação dos sindicatos por reajustes com ganho real. Efeito desse cenário, o número de greves registradas no primeiro semestre foi o menor desde 2011.

Na semana encerrada em 4 de julho, 48,1% da população em idade para trabalhar tinha uma ocupação, menor patamar da série do IBGE. Por outro lado, muitas categorias cuja data-base é no primeiro semestre incluíram nos acordos cláusulas estabelecendo o adiamento das negociações salariais para o período pós-pandemia.

As atividades que mais fecharam acordos de redução de jornada e salário ou suspensão de contrato foram metalurgia, turismo e comércio — esses dois últimos, setores fortemente impactados pelas restrições de circulação impostas pela quarentena.

Entre os comerciantes, 48% dos acordos e convenções feitos entre março e junho incluem alguma cláusula relativa à MP 936. Desse, 85% tratam de suspensão de contrato, e 66%, de redução de jornada e salário (os números superam 100% porque um mesmo acordo ou convenção pode tratar dos dois temas).

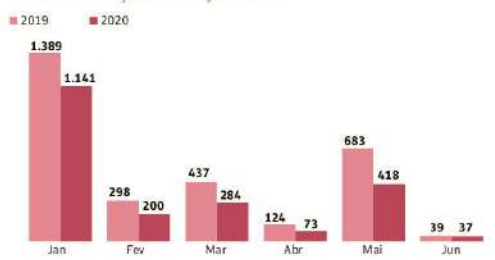
Já entre os metalúrgicos, a proporção se inverte: 75% dos instrumentos focaram redução de jornada e salário, e 49% suspensão de contrato. Considerando todos os acordos firmados entre março e junho, 57% abordaram a MP 936.

Embora seja uma categoria que comparativamente sofreu menos na atual conjuntura, a alta incidência de acordos de corte de a prática já ser tradicional entre metalúrgicos.

O contrário ocorre com o setor de serviços, que foi fortemente impactado pela crise e cujos trabalhadores têm mai-

Pandemia reduz acordos sobre reajuste e impulsiona os de redução salarial

Acordos e convenções sobre reajuste salarial



Acordos e convenções com cláusulas sobre a Covid



Por atividade



Fonte: Dieese

GOOGLE

MANTERÁ

EMPREGADOS

EM CASA

ATÉ A METADE

DE 2021

O gigante

das buscas

online é a primeira

grande

empresa dos

EUA a formalizar

um cronograma

longo para enfrentar

a pandemia do

coronavírus.

O cronograma

se aplica aos

empregados da

companhia na

maior parte de

seus principais

escritórios,

entre os quais

a sede do Google

em Mountain View,

Califórnia, e outras

unidades nos

Estados Unidos,

no Reino Unido,

na Índia, no Brasil

e em outros países

or dificuldade de organização.

Principal motor da economia brasileira, o setor de serviços acumulou até maio queda de 7,6% em comparação com igual período do ano passado.

Com a pandemia, ganhou destaque a atuação de entidades de desemprego, como os sindicatos de professores e trabalhadores dos transportes, afirma Ribeiro.

O sindicato dos professores da rede privada de São Paulo (Sinpro-SP), por sua vez, tem atuado contra demissões em massa em universidades particulares. Em junho, a entidade foi à Justiça contra a demissão de mais de 300 docentes da Uninove.

Os entregadores de aplicativo também têm se organizado dentro e fora de sindicatos para pressionar as empresas por um repasse maior e acesso a equipamentos de proteção contra a Covid-19.

Epícentro da doença, São Paulo foi o estado com maior incidência de acordos com cláusulas envolvendo a Covid-19 em termos absolutos e proporcionais ao total de instrumentos firmados.

Alguns acordos buscaram avançar em relação à MP incluindo compensações para quem está trabalhando em home office, como um valor fixo entre R\$ 50 e R\$ 60 para despesas com energia e internet.

"Esse é um dos temas que vão entrar em definitivo nas negociações. Se, por um lado, as empresas estão descobrindo o home office como alternativa para cortar despesas, por outro os sindicatos estão negociando para que o custo não seja transferido todo para o trabalhador", diz Ribeiro.

Esse é o caso dos petroleiros. No congresso da federação da categoria, encerrado no dia 19, foi aprovada a inclusão de regras sobre teletrabalho na pauta de reivindicações que serão levadas à Petrobras na negociação do acordo coletivo com a empresa.

Pilotos da Latam rejeitam proposta de reduzir remuneração

SÃO PAULO Pilotos da Latam Brasil rejeitaram proposta de acordo coletivo feita pela empresa em votação online organizada pelo SNA (Sindicato dos Aeronautas), que representa a categoria.

O percentual de votos contrários foi de 89,3% entre comandantes, 88,9% entre copilotos e 88,6% entre comissários. Os favoráveis foram 10,7%, 11,1% e 11,4%, respectivamente. O sindicato afirma que já informou o resultado à empresa e que uma reunião foi agendada para esta terça (28).

Não há previsão de nova reunião com o TST (Tribunal Superior do Trabalho), a quem o SNA pediu mediação.

O resultado já era esperado por profissionais da empresa. Os pilotos aceitam uma redução temporária de jornada e salário por 18 meses, mas rejeitam a proposta da Latam de redução permanente na remuneração quando esse período acabar.

Já a companhia vincula um acordo ao outro, diferentemente do que fizeram Azul e Gol, que fecharam só acordos temporários com o SNA.

Em processo de recuperação judicial, a Latam Brasil emprega 2.000 pilotos e 5.000 comissários. Segundo a empresa, os ajustes no cálculo da remuneração são necessários para equilibrar seus custos com os das concorrentes, antecipando um período maior disputa no mercado. O setor aéreo foi um dos mais afetados pela crise provocada pela pandemia.

O sindicato reconhece que os salários pagos pela empresa estão acima da média praticada pelas concorrentes, mas atribui essa diferença às rotas internacionais feitas pela Latam, que envolvem voos superiores e voos mais longos.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe de Guedes quer antecipar envio da 2ª etapa da proposta ao Congresso

MARCELLO CORRÊA
marcello.corrêa@oglobo.com.br
BRASÍLIA

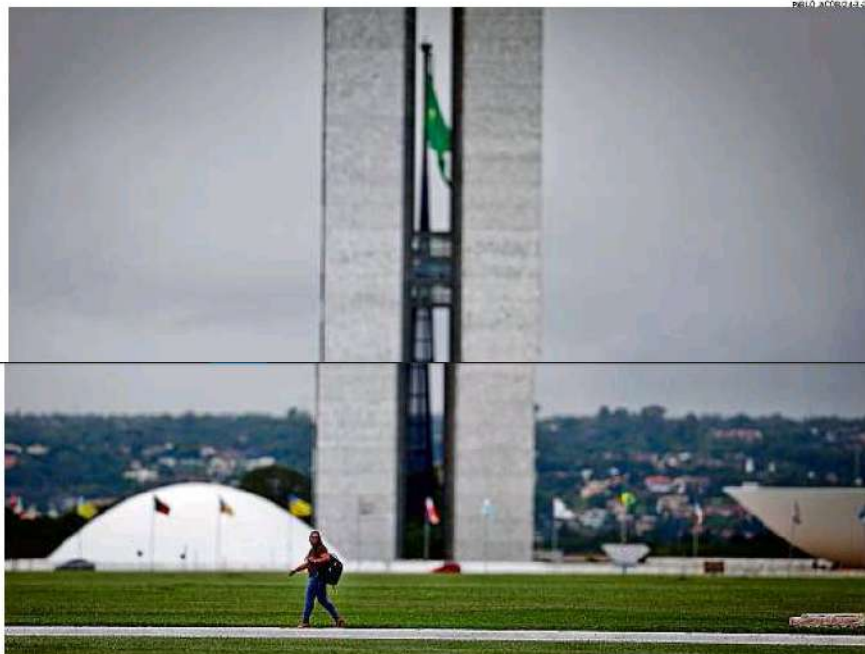
Diante da resistência à primeira parte da reforma tributária apresentada pelo governo — que consiste na unificação de dois impostos federais, PIS e Cofins, com alíquota de 12% —, a equipe econômica planeja antecipar o envio das etapas restantes da proposta ao Congresso até o dia 15 de agosto. A nova rodada incluiria a desoneração da folha de pagamentos (uma das principais demandas do setor de serviços, o mais afetado pela proposta), e a criação de um imposto sobre pagamentos eletrônicos, que tem como objetivo gerar receita para compensar a desoneração.

Também entraria no pacote a tributação sobre dividendos, que funcionaria como uma contrapartida à redução do imposto de Renda das empresas, o IRPJ. A proposta do governo é reduzir gradativamente ao longo de sete anos percentual cobrado, que passaria de 34% para 23%.

O fim das deduções para saúde e educação no Imposto de Renda de pessoas físicas, uma proposta discutida desde o ano passado, também faz parte do pacote tributário, mas pode ficar para depois do dia 15. Os técnicos ainda estudam a forma de ampliar a faixa de isenção do tributo e rever alíquotas, sem comprometer regras fiscais nos próximos anos.

FOCO NO SETOR DE SERVIÇOS
O conjunto de propostas que compõem a reforma tributária do governo já era defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, há pelo menos um ano. A ideia de Guedes era enviar tudo de forma “fatiada” ao Congresso. Segundo um interlocutor do ministro, porém, a formalização de todas as etapas ajudará o governo a apresentar à sociedade e aos setores econômicos afetados uma visão mais global da proposta.

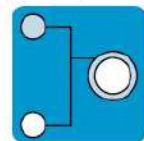
A sinalização de que o pacote será encaminhado de uma vez só nos próximos dias é uma resposta principalmente ao setor de serviços, que argu-



Visão ampla. Congresso Nacional: governo quer agilizar apresentação e abrangência da 2ª etapa da proposta para facilitar diálogo sobre mudanças em tributos

PROJETO FATIADO

1ª etapa
(já enviada) =



Unificação do PIS + Cofins

CBS com CBS com alíquota de 12%

Próximas etapas
(unificadas no pacote até 15 de agosto)



Criação do imposto sobre transações eletrônicas



Desoneração de folha de pagamentos



Redução do IR de empresas



Tributação da Tributação de dividendos



Imunidade do comércio - simplificação do IPI com aumento de alíquota para bebidas e cigarros



Revisão de deduções no IR de pessoas físicas

Governo ainda procura substituto para Noveas no BB

> O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, seguem em busca de um novo presidente para o Banco do Brasil. Os dois se reuniram ontem e definiram que seria dada prioridade a um executivo do mercado. O plano B seria uma solução interna.

> Segundo técnicos do governo, executivos foram sondados, mas recusaram, alegando que o salário da iniciativa privada era mais atraente.

> Ao longo do dia surgiram novos cotados para substituir Rubem Noveas, que entregou a carta de demissão na última sexta-feira, como o economista Mateus Bandeira, que é ex-presidente do Banrisul, e também Conrado Engel, atual conselheiro do gestor da General Atlantic. (Gerarda Doca)

com Guedes, representantes do setor cobraram uma solução para a desoneração da folha de pagamento. Para preservar empregos no momento que o país deve enfrentar a maior recessão em 120 anos, parlamentares incluíram na medida provisória (MP) 936, que trata da suspensão temporária do acordo de trabalho e da redução de jornada e salário, a prorrogação da desoneração até o fim de 2021 para 17 setores que são intensivos em mão de obra. A medida, porém, foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro e aguarda a análise do Congresso, que poderia derrubar ou apoiar o veto.

VÍNCULO COM RENDA BRASIL

De acordo com um interlocutor de Guedes, ainda não se sabe exatamente como seria o modelo de desoneração proposto agora pelo governo, porque o desenho depende do tamanho da alíquota do novo imposto sobre pagamentos eletrônicos. Historicamente, discussões sobre

reforma tributária no país levam tempo e exigem capital político do governo. Entidades que representam os setores afetados já afirmaram que o fim da desoneração pode custar um milhão de empregos ao país.

Para acabar com as contribuições que incidem sobre todos os salários, o novo tributo precisaria ter uma alíquota muito alta, o que deve dificultar a negociação política. Por isso, está em estudo reduzir os encargos sobre faixas salariais específicas. Uma das ideias à mesa é desonerar apenas os contratos de trabalho com renda de até 1,5 salário mínimo.

Na avaliação de um assessor próximo a Guedes, a estratégia não significaria uma mudança de rumo em relação ao plano original, porque a reforma continuará a ser votada de forma fatiada, de acordo com o ritmo do Congresso.

O plano da equipe econômica inclui ainda o envio do projeto para criar o Renda Brasil, que deve substituir o Bolsa Família e ser construído a partir de programas existentes para a unificação de programas. A estratégia é reforçar que a reforma tributária também é voltada para financiar o novo programa social.

Além da solução para a desoneração da folha, o time de Guedes planeja incluir no próximo pacote tributário a reformulação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para criar o chamado “imposto do pecado”, tributo cujo principal objetivo seria regular o uso de artigos como cigarro e açúcar.

menta que sua carga tributária pode triplicar com a unificação de PIS e Cofins, batizada pelo governo de Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota geral de 12%.

O setor representa cerca de 70% da economia brasileira e foi um dos mais afetados pela crise do novo coronavírus. Ao

contrário da indústria, que gera créditos tributários ao longo da cadeia de produção, como a compra de insumos, produção e distribuição, o setor de serviços tem como principal custo a mão de obra. Dessa forma, argumenta que teria de repassar o aumento ao consumidor. O reajuste em um ano de crise, no qual muitos brasileiros re-

viram hábitos de consumo durante a pandemia, seria mais difícil. Em alguns segmentos, como saúde e educação, a alíquota efetiva salta de 3,65% para mais de 9%. A alíquota de 12% é a proposta geral do governo, mas o valor efetivamente desembolsado varia de acordo com cada segmento. Em encontro realizado

Despesas da União só poderão crescer R\$ 31 bi

Para cumprir teto de gastos em 2021, governo terá de cortar investimentos e custos de manutenção da máquina pública. Ministros de diversas áreas têm pressionado equipe econômica para aumentar previsão de recursos

MANOEL VENTURA
@manuelventura

A regra do teto de gastos passará por um teste inédito em 2021. O limite de despesas do governo federal vai crescer apenas R\$ 31 bilhões no próximo ano, no menor valor desde que a norma que restringe o aumento dos gastos à inflação foi criada, em 2016. Isso deve obrigar a equipe econômica a comprimir ainda mais as despesas com manutenção da máquina pública e, principalmente, com investimentos.

O valor baixo para o próximo ano tem incomodado integrantes da Esplanada dos Ministérios, segundo relatos. Ministros de diversas

Civil, fez mais uma investida contra o teto, ao tentar fazer uma consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de burlar a regra para investimentos autorizados em 2020. Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, conseguiu segurar.

COMPROMISSO COMO JUSTE

O teto de gastos determina que as despesas federais só podem crescer o equivalente a variação do IPCA calculado para o período de 12 meses encerrado em junho do ano anterior. Em 2021, isso será 2,13%, e o limite de gastos da União subirá para R\$ 1,485 trilhão. Em 2020, é de R\$ 1,454 trilhão. As contas estão sendo feitas agora porque o governo enviará

em agosto o Orçamento do próximo ano. Neste ano, as despesas para combater a pandemia são executadas fora do teto de gastos por causa do estado de calamidade pública e do Orçamento de Guerra, aprovados pelo Congresso. Mas essas exceções só valem até 31 de dezembro. Por isso, tudo voltará a ser regido pelo teto em 2021.

Integrantes da equipe econômica refutam alterações no teto por entenderem que ele é fundamental para manter a credibilidade do país. Ele foi aprovado em 2016, durante a gestão Michel Temer. É hoje a principal âncora fiscal do país e foi adotada de maneira a sinalizar ao mercado um compromisso gradual e de longo prazo com o ajuste nas contas públicas.

— Romper ou não o teto

em agosto o Orçamento do próximo ano.

Integrantes da equipe econômica refutam alterações no teto por entenderem que ele é fundamental para manter a credibilidade do país. Ele foi aprovado em 2016, durante a gestão Michel Temer. É hoje a principal âncora fiscal do país e foi adotada de maneira a sinalizar ao mercado um compromisso gradual e de longo prazo com o ajuste nas contas públicas.

— Romper ou não o teto



Planalto. Limite de gastos da União subirá para R\$ 1,485 trilhão. Governo enviará em agosto o Orçamento de 2021

LIMITE DO TETO (EM R\$ TRI)

As despesas federais só podem crescer o equivalente à inflação no ano anterior



Fonte: Ministério da Economia

Editoria de Arte

vai depender do Executivo fazer o ajuste. Para o ano que vem, tem uma pressão grande, um risco elevado de descumprir. Há margem para manobrar e cumprir, mas vai continuar reduzindo os

investimentos. Os investimentos têm sido a variável de ajuste do governo — disse Daniel Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado Federal. O problema do crescimen-

to do teto em R\$ 31 bilhões em 2021 é que as despesas obrigatórias vão subir mais que isso. O gasto com Previdência, por exemplo, saltará R\$ 25 bilhões, para R\$ 703,3 bilhões. O pagamento de pre-

catórios deve ser R\$ 7 bilhões maior, chegando a R\$ 30,8 bilhões. Só essas duas despesas já consomem o espaço criado para o próximo ano.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Para acomodar essa situação, o governo corta gastos chamados de não obrigatórios, mas que são fundamentais. São investimentos e recursos para a manutenção da máquina pública. Bolsas de estudos, recursos para universidades, defesa agropecuária e obras são classificados como “não obrigatórios”, por exemplo.

Para Gabriel Leal de Barros, economista do BTG Pactual, não há mágica. É preciso reduzir as principais rubricas do Orçamento federal, como o

gasto com pessoal. Por isso, diz ele, a reforma administrativa, engavetada pelo governo, é importante. Ele também cita a revisão de políticas públicas.

— A gente consegue melhorar o desenho sem deixar as pessoas que são mais vulneráveis de fora. Hoje tem muita gente que recebe e não é vulnerável. E tem muita sobreposição de política social no Brasil — afirmou, citando dados do Banco Mundial que apontam, por exemplo, que 38% das famílias que recebem o abono salarial também recebem o salário-família. — Tecnicamente é factível e desejável desenhar uma política social sem que isso piore as contas públicas.

Procurados, os ministros da Economia e do Desenvolvimento Regional e a Casa Civil não comentaram.



MÍRIAM
LEITÃO



globo.com.br/economia/miriamleitao
[miriamleitao@ig.com.br](https://www.instagram.com/miriamleitao)
Com Avaro Gribel (de São Paulo)



Do liberalismo ao antiliberalismo

O problema da equipe econômica do governo Bolsonaro não é se está ou não havendo debandada ou que a pauta liberal está sendo arquivada. É pior. Agora segue-se uma pauta antiliberal. A Caixa Econômica virou um braço do bolsonarismo e parte da propaganda oficial. O Banco do Brasil já fez concessões que deveriam corar qualquer liberal, porque a instituição de economia mista passou a ter ingerência direta do governo até nas decisões de marketing. E tem ainda os ensaios de pedaladas. O governo consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) se pode fazer investimento em infraestrutura contornando o teto de gastos, e na

semana passada o Congresso evitou que o teto fosse burlado.

A saída de Rubem Novaes tem que servir de duas formas. Ele permitiu a interferência do governo na instituição, mas quando ele sai revela-se que há mais tentativa de intervenção. Não há mérito em sua gestão, mas a saída mostra que há planos de entrar mais fundo nesse modelo que impõe ao banco a presença governamental.

A Caixa foi beneficiada com o monopólio da distribuição do auxílio emergencial, fez um trabalho cheio de falhas e aproveita cada espaço para afirmações de exaltação bolsonarista como “nunca na história da humanidade”. É a figurinha mais repetida do álbum das lives presidenciais. Uma coisa é o presidente Bolsonaro fazer o seu marketing, outra é usar os bancos públicos como parte dessa estratégia ou como tentáculos do governo. É uma estratégia claramente antiliberal.

O TCU, que Novaes definiu como “usina de terror”, na verdade fez seu trabalho de órgão de controle que é. O relatório do ministro Bruno Dantas, referendado pelo Tribunal no dia 27 de maio, vai diretamente ao ponto. A gestão de Novaes na área da comunicação do banco foi considerada gravíssima pelo tribunal, que disse estar havendo por parte do acionista controlador, no caso

o governo, ingerência sobre uma instituição financeira com ações em bolsa. O BB vinha anunciando em sites que divulgavam fake news. Suspendeu, depois do alerta, mas voltou atrás por pressão do vereador Carlos Bolsonaro. O TCU ressaltou a fragilidade da governança do banco e lembrou as orientações da OCDE, “no sentido de que as empresas estatais tenham liberdade para

Não há méritos na gestão de Rubem Novaes no Banco do Brasil, mas sua saída revela que há planos no governo de aumentar a influência estatal sobre a instituição

atuar e não se submetam a ingerências indevidas do governo ou mesmo de familiares do chefe do poder executivo, à mingua de orientação técnica que justifique essa interferência”. Esse episódio, ressaltado pelo tribunal, se soma ao veto do presidente a uma propaganda onde havia jovens negros e descolados e que já estava no ar. Novaes não apenas a tirou do ar, como defendeu a posição de Bolsonaro.

OTCU lembrou também que no primeiro ano de Novaes no Banco do Brasil, apesar da prometida austeridade, ele gastou R\$ 119 milhões com publicidade na internet e com uma escolha muito controversa de sites, como se viu. Houve outras polêmicas na sua gestão. Ele nunca defendeu os ideais libe-

rais, na prática aceitou a intervenção, mas dizia que seu sonho era privatizar o banco. Poderia ter começado evitando que a instituição fosse usada pelo governo de plantão.

Bolsonaro jamais defendeu uma única proposta liberal, mas Paulo Guedes e todos os outros economistas que trabalharam no comitê de campanha, como Rubem Novaes, transplantaram para dentro do programa vazio do então candidato do PSL um rio de promessas. Não as entregou. Isso não surpreende quem não cedeu ao autoengano. Mas agora o risco é fazer o exato oposto do prometido e seguir uma agenda antiliberal com o objetivo eleitoreiro. Naquela famosa reunião ministerial, o ministro Paulo Guedes falou claro: “vamos fazer todo o discurso da desigualdade, vamos gastar mais, precisamos eleger o presidente.”

Está sendo formatado o novo programa — que eles chamam de Renda Brasil — para preencher o vazio de política social na gestão de Bolsonaro. Pelo visto, é o passo final da politização da economia. A pandemia empobreceu os pobres, será necessário ampliar o Bolsa Família e fortalecer as políticas sociais, mas tem que ser com um debate contábil transparente, com limites fiscais definidos e sem o uso dos recursos públicos para um projeto político que, além de tudo, nunca escondeu sua convicção autoritária.

Patrimônio de bilionários brasileiros cresce US\$ 34 bi

De acordo com a Oxfam, o patrimônio dos bilionários do país aumentou na pandemia de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Epicentro da crise de saúde e econômica, América Latina e Caribe enfrentam forte perda de renda por causa da pandemia, mas o impacto da covid-19 não é igual para todas as camadas da população. Segundo levantamento da Oxfam, a fortuna de 73 bilionários da região aumentou US\$ 48,2 bilhões entre março e meados de julho - uma alta de 17%. No seleto grupo de mais ricos, 42 estão no Brasil. De acordo com a ONG, o patrimônio dos bilionários brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões no período, para US\$ 157,1 bilhões.

Os números fazem parte de relatório divulgado ontem. Para calculá-los, a Oxfam se baseou em dados da "Forbes", que publica a lista anual de bilionários e possui ranking que acompanha as fortunas em tempo real. Os ganhos dos latino-americanos mais abastados em meio à pandemia foram estimados comparando-se sua riqueza líquida entre 18 de março e 12 de julho.

Os US\$ 48,2 bilhões a mais registrados no período representam mais de um terço (38%) do total dos pacotes de estímulo de todos os países da América Latina e do Caribe, diz a Oxfam. O montante equivale, ainda, a nove vezes os empréstimos de urgência do Fundo Monetário Internacional (FMI) à região até o momento, segundo a ONG.

Desde o começo das medidas de quarentena para conter o avanço da covid-19, oito novos bilionários surgiram na região. Em contraste, afirma a entidade, estima-se que até 52 milhões de pessoas na América Latina e Caribe passarão a ser pobres com a crise e 40 milhões podem perder seus empregos.

Em um primeiro momento, diz o relatório, o portfólio de ativos financeiros da elite foi afetado pela trajetória negativa das bolsas mundiais, que sofreram em 12 de março a maior queda de sua história. Em poucos dias, o contágio atingiu os mercados latino-americanos, que recuaram entre 10 e 15%, observa a Oxfam.

“No entanto, suas fortunas são um antídoto que lhes permite contar com uma capacidade de reação para rapidamente recolocar seus investimentos em ativos mais seguros ou rentáveis, assim como aproveitar as oportunidades do mercado”, diz a entidade.

Em box do relatório, a ONG ressalta que a situação por aqui já era preocupante antes da pandemia, que deve agravar o quadro. “A trajetória do vírus é uma fotografia das profundas desigualdades do país”. Na vice-liderança mundial de número de casos e mortes, o Brasil tinha 40 milhões de trabalhadores informais e 12 milhões de desempregados antes da doença chegar ao país. Com o aumento da taxa de desemprego, que pode dobrar, os mais pobres serão os mais afetados, segundo a Oxfam.

No documento, a entidade afirma que o Brasil precisa de uma reforma tributária que tenha como prioridade a redução das desigualdades, mas avalia que as discussões no Congresso sobre o tema têm se concentrado apenas na simplificação da tributação sobre o consumo.

Para fazer frente aos impactos sociais e econômicos da pandemia na região, a ONG propõe uma série de medidas. A principal é a criação de um imposto sobre grandes fortunas. Outras sugestões são cobrar, de forma temporária, um imposto sobre resultados extraordinários de grandes empresas, taxar empresas digitais e reduzir tributos que pesam mais para pessoas de baixa renda, como os que incidem sobre os produtos da cesta básica e de uso sanitário.

Restante da proposta do governo deve sair até 15 de agosto

Para equipe econômica, resistências do setor de serviços à reforma do PIS/Cofins só serão contornadas com desoneração da folha

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

As propostas do governo para a desoneração da folha salarial, a criação do novo tributo sobre pagamentos e a reforma do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) deverão seguir para o Congresso até o dia 15 de agosto. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha em ritmo intenso para cumprir essa meta.

O plano inicial de propor a reforma tributária em fatias ao longo do segundo semestre de 2020 foi acelerado porque ficou claro à equipe econômica que as resistências do setor de serviços à reforma do PIS/Cofins, com a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), só poderão ser contornadas com a desoneração da folha.

Na semana passada, em reunião com associações empresariais de serviços, Guedes disse que trabalhará para que a desoneração da folha seja aprovada neste ano pelo Congresso. Dessa forma, a medida poderá entrar em vigor em 2021, junto com a criação da CBS, que poderá triplicar a carga tributária do setor, de acordo com os empresários.

A reforma do IPI, por sua vez, vai se conectar com a própria CBS. Em entrevista ao **Valor** na semana passada, o secretário especial de Fazenda, José Barroso Tostes Neto, disse que dois desenhos estão em avaliação. Um é a substituição do IPI por

um Imposto Seletivo, cobrado apenas sobre produtos que geram externalidades negativas, como bebidas, cigarros e combustíveis fósseis. É o que Guedes chama de “imposto do pecado”. Outra possibilidade é o atual sistema do IPI ser trocado por uma taxa “flat”, uniforme sobre todos os produtos.

O tamanho da desoneração da folha ainda é algo em análise. Segundo Tostes, foram desenhadas várias opções, desde uma desoneração parcial até a desoneração total. Os desenhos mais ambiciosos pressupõem nova fonte de financiamento. Segundo explicou, agora é questão de fazer uma opção política sobre o desenho mais adequado.

O tributo sobre transações era chamado de Contribuição sobre Pagamentos (CP) pelo ex-secretário da Receita Marcos Cintra. Mas há, na equipe, quem defenda que o nome seja trocado para não lembrar a antiga Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). O presidente Jair Bolsonaro tem fortes restrições à recriação do tributo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou que essa ideia não passa no Congresso.

Mas o cenário mudou com a pandemia e a necessidade de criar programas mais ambiciosos de combate ao desemprego. O discurso da equipe econômica é que esse novo tributo não é um acréscimo, e sim uma substituição.

Internamente, discute-se o uso das receitas desse novo tributo para bancar, além da desoneração da folha, outras ações do governo, como a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Por outro lado, há restrições a propor uma alíquota muito elevada.

No IR, estuda-se elevar o limite de isenção para as pessoas físicas. Por outro lado, deverá haver corte nas deduções em itens como saúde e educação. Para as pessoas jurídicas, está em estudos a tributação sobre dividendos e, em contrapartida, a redução da alíquota.

A reforma tributária ganhou velocidade ao mesmo tempo em que a equipe econômica corre para concluir o Renda Brasil e a Carteira Verde-Amarela. Esses programas igualmente dependem de fontes de financiamento, ainda não definidas.



Por Assis Moreira

É correspondente do Valor em Genebra desde 2005. Cobriu 20 v... [ver mais](#)

Alinhamento e comércio com Bolsonaro e Trump

País escolheu seu lado na disputa entre EUA e China

28/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Em meio ao forte alinhamento do governo de Jair Bolsonaro com a administração de Donald Trump, setores industriais no Brasil esperam para ainda este ano um impulso no comércio com os EUA. E um pouco mais depois, à medida que se aprofundar o confronto estratégico e ideológico entre os EUA e a China.

A escalada de tensões entre as duas maiores economias do mundo, vista como uma nova guerra fria, envolve liderança econômica, ambições marítimas, supremacia mundial pela quinta geração dos padrões da telefonia móvel (5G) com suas inúmeras aplicações, como nota o jornal "Le Monde". Para o "New York Times", assessores mais "linha dura" em Washington e Pequim podem jogar as relações bilaterais a uma ruptura séria, a um ponto de não retorno.

País escolheu seu lado na disputa entre EUA e China

Com Trump em campanha eleitoral, fragilizado por sua incompetência na gestão da crise da covid-19, seu fiel secretário de Estado, Mike Pompeo, se refere cada vez mais à China como “Partido Comunista Chinês”. Para alguns analistas, independentemente de quem estiver na Casa Branca no ano que vem, a relação continuará dura com a China na tentativa americana de conter o poderio chinês.

O Brasil se juntou aos EUA na semana passada numa iniciativa bilateral na Organização Mundial do Comércio (OMC) que na prática alveja a China, o maior comprador de produtos brasileiros. Para Brasília, o movimento foi expressão do fortalecimento da relação com os EUA. O documento defende que o princípio de economia de mercado tem de valer para todos os 164 membros da OMC, afim de garantir condições equitativas de competição econômica no comércio internacional.

Ou seja, não há espaço para coexistência de modelos econômicos distintos nessa entidade central na governança global. Reclamam que práticas e políticas não orientadas ao mercado geram excesso de capacidade industrial e concorrência desleal, além de prejudicarem o desenvolvimento e o funcionamento adequado do comércio global.

A China reagiu rapidamente, avisando que o tema é complexo demais e a OMC não seria o local adequado para deliberar sobre o que é economia de mercado. Mas tampouco disse onde isso poderia ocorrer.

Na prática, o governo Bolsonaro escolheu seu lado no confronto entre americanos e chineses. Mas a narrativa da diplomacia é de que o país tem preocupação sistêmica e não é contra ninguém, e sim a favor da indústria nacional. E recebeu “apoio forte” da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Importantes representantes da indústria notam que, com Bolsonaro, é a primeira vez em décadas que o país tem um alinhamento tão grande com os EUA, esperando

ter resultados concretos antes que Trump eventualmente seja empurrado para fora da Casa Branca.

A expectativa é que um pacote Bilateral de comércio, sem necessidade de passar pelo Congresso americano, seja fechado nos próximos meses, incluindo facilitação de comércio, coerência regulatória e anticorrupção. Pode simplificar o trâmite de mercadorias, reduzir custos das empresas com procedimentos aduaneiros e estimular negócios bilaterais. O pacote será ainda mais relevante, na visão da indústria, quando se considera que, uma vez superada a etapa crítica do combate à pandemia, será preciso investir em ações rápidas para impulsionar a retomada do comércio.

O acordo de facilitação de comércio Brasil-EUA deve ir além das regras da OMC. Um foco é no Operador Econômico Autorizado. Com isso, grandes empresas exportadoras e importadoras com baixo risco alfandegário poderão desembaraçar suas cargas mais rapidamente, sem maior fiscalização. A integração nas cadeias de valor recebe um impulso. Custos de armazenagem caem. Segundo um estudo da OMC, facilitação de comércio pode reduzir os custos no comércio global em até 14%.

Quanto à coerência regulatória, pode promover transparência, convergência e participação de interessados na atividade regulatória dos órgãos e agências de governo. Para setores industriais, deve ser vista como um mecanismo de controle de qualidade, e pode minimizar custos.

Um acordo anticorrupção entrou na agenda recentemente, e o setor privado foi avisado pela diplomacia. É visto como uma derivação de facilitação de comércio e coerência regulatória, fechando o cerco para real transparência nas operações nos dois lados.

Existe expectativa também de os EUA manterem o Brasil no Sistema Geral de Preferências (SGP). Isso porque os usuários são principalmente subsidiárias americanas. O Brasil exporta quase US\$ 3 bilhões via SGP, portanto com tarifa menor ou nula. A economia de tributos é de US\$ 100 milhões para empresas de Texas, Flórida, Nova York e Illinois na importação de produtos brasileiros.

Igualmente há tentativa de acordo sobre indústria espacial. A única negociação mais atrasada é sobre propriedade intelectual.

Mais à frente, no rastro do confronto EUA-China, setores na indústria brasileira veem oportunidades com o “reshoring” (indústrias fazem o caminho de volta para casa, esperando ter cadeias de suprimento mais resilientes). A avaliação é de que isso pode alavancar exportações brasileiras para os EUA, nada muito dramático, mas haveria ganhos de qualquer maneira.

Um aumento de compras no Brasil mais rapidamente pode vir pelo comércio intrafirmas. E, à medida que o país mantiver câmbio desvalorizado, taxa de juro baixa e a reforma tributária tirar impostos na exportação, acreditam que o Brasil pode passar a ser um fornecedor de produtos intermediários com preço razoável.

Enquanto o setor industrial espera mais futuros negócios com os EUA, o agronegócio visivelmente quer evitar tensões com a China. Os compradores chineses continuam a garantir a maior fatia do superávit da balança comercial brasileira.

Representantes da indústria enviaram ao Ministério da Economia pedido para o governo suspender a negociação de um acordo de livre-comércio do Mercosul com a Coreia do Sul. É que os sul-coreanos resistem a fazer mais concessões, inclusive em razão de acordo com os EUA para comprar mais produtos agrícolas americanos.

Assis Moreira é correspondente em Genebra

E-mail: assis.moreira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

Múltis querem menos tributos e padrão internacional, diz CNI

Redução da burocracia para exportação é outra prioridade para as companhias estrangeiras que atuam no país

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Menos tributos e mais acordos

Prioridades apontadas por 75 multinacionais que atuam no Brasil, notas em escala de 1 a 4

■ Redução de custos tributários para movimentação de capitais entre países	3,8
■ Redução da burocracia para exportar e importar bens e serviços	3,6
■ Redução de barreiras tarifárias para a importação de bens, qualidade da mão de obra e outros	3,5
■ Ampliação da rede de acordos comerciais	3,4
■ Aprimoramento das linhas de financiamento à exportação, políticas para P&D e outros	3,3
■ Aprimoramento de políticas que incentivem adoção de tecnologias digitais; fort. regras de propriedade intelectual	3,1
■ Permissão da compra de terras por estrangeiros	2,8
■ Melhoria da política de vistos	2,7
■ Melhoria da legislação para migração de trabalhadores para o Brasil	2,6

Fonte: Confederação Nacional da Indústria (CNI)

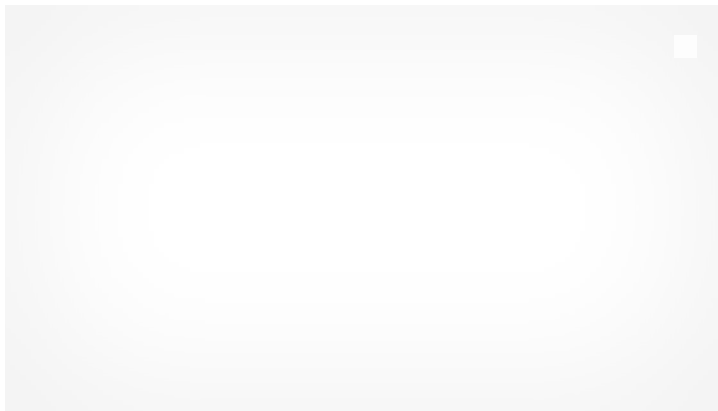
A redução do custo tributário e a melhora das regras para a movimentação de bens, serviços e investimentos são o conjunto de medidas mais importante a serem adotadas pelo Brasil, aponta pesquisa que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez com 75 multinacionais que atuam no país e faturam de R\$ 200 milhões a R\$ 10 bilhões ao ano.

Numa escala de 1 a 4, esse item recebeu nota 3,8 de prioridade. Os executivos querem alinhamento ao padrão internacional das normas brasileiras para taxa

de operações internacionais dentro do mesmo grupo, os chamados preços de transferência. Pedem também mais acordos de dupla tributação.

Em segundo lugar, com nota 3,6, vem a redução da burocracia para exportar bens e serviços e a implementação dos Operadores Econômicos Autorizados (OEA), que estabelece um “fast track” para o comércio internacional. O terceiro maior problema é uma combinação das barreiras tarifárias para a importação de bens e da baixa qualidade da mão de obra, entre outros itens.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

“Apesar de ser um mercado grande e atraente, o Brasil pode perder a concorrência para outros países na atração de investimentos, por causa da tributação”, afirmou o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi. Ele ressaltou que, no pós-pandemia, a disputa por investimentos externos será acirrada.

São apenas 33 acordos destinados a proteger empresas que operam aqui e em outros países de serem tributadas duas vezes. Comparando, a África do Sul possui mais de 70. China e Índia, mais de uma centena cada um. Isso ocorre justamente porque o modelo adotado do Brasil é desalinhado com a prática mundial, segundo o gerente de Negociações Internacionais na CNI, Fabrizio Sardelli Panzini.

O exotismo da tributação brasileira desafina com normas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o país pretende fazer parte. Um ponto de divergência está cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre remessas para pagamento de serviços.

O entendimento da organização é que a tributação deve ocorrer no país de onde o serviço é exportado. Mas, aqui, a prática é cobrar uma alíquota de 5% na fonte no lucro obtido pela empresa internacional fornecedora do serviço.

Panzini comentou que a Alemanha denunciou o acordo de dupla tributação que tinha com o Brasil, em 2005, entre outras razões, por causa dessa tributação.

O entendimento assinado com a França segue o padrão mundial. No entanto, disse o gerente da CNI, as empresas francesas precisaram entrar na Justiça para garantir o cumprimento da cláusula.

Outro ponto em que o Brasil destoa do padrão da OCDE é na tributação dos preços de transferência. Aqui, é aplicada uma alíquota fixa para o Imposto de Renda. Por isso, pode ocorrer de a empresa pagar aqui mais IR do que pagaria em outro país.

“O ideal seria a convergência do modelo brasileiro para o padrão internacional”, afirmou Abijaodi.

Um terceiro ponto em que o Brasil é diferente do mundo é a alíquota de 15% do IR para remessas em pagamentos de royalties e juros. O padrão é 10%. Por outro lado, o Brasil não tributa dividendos, o que é diferente da prática internacional.

O gerente da CNI reconhece que o governo brasileiro tem dado passos para fazer convergir as regras da Receita Federal com as da OCDE. Porém, numa velocidade, segundo ele, aquém da desejada pelas empresas.

Outra pesquisa realizada pela CNI, especificamente com executivos de empresas do Reino Unido e da Alemanha que operam no Brasil, aponta que para 68% deles, a celebração de acordos de dupla tributação ampliaria investimentos. Para 82%, contribuiria para o incremento do comércio de serviços. E, para 55%, elevaria a aquisição de royalties.

O Brasil exportou US\$ 1,1 bilhão e importou US\$ 2,6 bilhões do Reino Unido em 2018. Os investimentos diretos aqui anunciados entre 2010 e 2019 chegam a US\$ 16,8 bilhões.

Portos e ferrovias se mobilizam para prolongar isenção

Dezoito entidades empresariais fazem apelo a Guedes por desoneração que está terminando

Por Daniel Rittner e Raphael Di Cunto — De Brasília

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



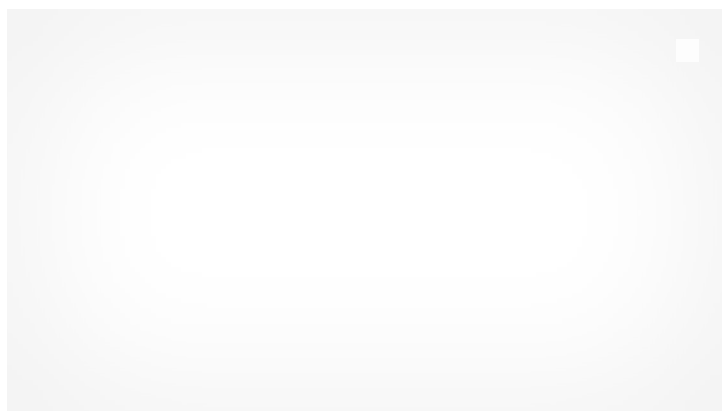
Sérgio Salomão, presidente da Abratec: "Sem a existência do regime, os investimentos podem ficar 30% mais caros" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O futuro de uma desoneração fiscal bilionária está em jogo nesta semana e levou 18 entidades empresariais a fazer um apelo ao ministro da Economia, Paulo Guedes, por apoio do governo.

Uma emenda incluída na MP 945, medida provisória que trata das relações trabalhistas nos portos organizados durante a pandemia de covid-19, prorroga por cinco anos a existência do Reporto - regime tributário especial com vigência até o fim de 2020.

Apesar do nome, o Reporto - sigla do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - beneficia também a indústria ferroviária, que deve passar por um novo ciclo de investimentos nos próximos anos, com o leilão de projetos como a Ferrogrão e a renovação antecipada de concessões existentes, como a Malha Paulista e as estradas de ferro da Vale.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O benefício garante isenção de IPI e PIS/Cofins para a compra de máquinas e equipamentos, como locomotivas e trilhos, além de suspensão da cobrança de Imposto de Importação sobre itens que não tenham similares nacionais. A Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que reúne concessionárias de ferrovias, calcula em R\$ 3,22 bilhões a diferença, nos próximos cinco anos, de realizar os investimentos planejados com ou sem a existência do Reporto.

A MP quase entrou na pauta da Câmara dos Deputados na semana passada, mas acabou adiada por falta de consenso - os partidos quiseram mais tempo para avaliar as mudanças. A proposta terá uma janela apertada para aprovação. A Câmara faz sessão amanhã, e o Senado, na quinta-feira (com pouca possibilidade de mudanças,

já que não haveria tempo para revisão das emendas pelos deputados). O texto perde validade no sábado.

“O ideal, para que haja maior previsibilidade aos investimentos, é que esse assunto seja resolvido o quanto antes”, afirma o diretor-executivo da ANTF, Fernando Paes, na expectativa de que a discussão seja sacramentada nesta semana e não fique depois.

Ele lembra que a última extensão do Reporto, em 2015, buscava contemplar justamente as renovações das concessões de ferrovias esperadas para o quinquênio seguinte - mas acabaram demorando mais do que o previsto e só estão saindo agora. “Seria pena haver descasamento bem na hora em que começaram a ser assinadas.”

No setor portuário, todas as licitações feitas pelo governo para arrendamentos de terminais têm contemplado o Reporto nos cálculos de quanto as empresas deverão desembolsar, conforme exigências contratuais. “Sem a existência do regime, os investimentos podem ficar 30% mais caros”, diz o presidente-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), Sérgio Salomão.

Sem uma prorrogação do benefício, a tendência é que operadoras que consideraram a renúncia fiscal em seus modelos econômicos-financeiros peçam reequilíbrio dos contratos. Já os arrendamentos futuros podem render menos à União. No caso do terminal de contêineres previsto para o porto de Suape (PE), a eventual oneração do projeto com os tributos suspensos pelo Reporto resultaria em queda de até R\$ 400 milhões no valor da outorga, conforme estimativas do setor privado.

Além da ANTF e da Abratec, 16 entidades empresariais assinam a carta para o ministro Guedes, que foi enviada no fim da semana passada. Integram a lista de signatários associações como ABTP (terminais portuárias), Abifer (indústria de equipamentos ferroviários), ANPTrilhos (operadoras de trens e metrô) e federações de indústrias como Fiesp, Fiemg, Fiergs e CNI.

O relator da MP, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), diz que há preocupação com quebra de contratos e necessidade de repactuação. “O governo, pelo menos o

Ministério da Infraestrutura, é favorável porque sabe de todos esses problemas que ocorrerão. Quem está contra é o Ministério da Economia, que está no papel dele de fazer as contas, por causa do impacto [fiscal] e também da falta de previsão orçamentária.”

Os partidos ainda estudam como se posicionar, se a MP for votada nesta semana. Cidadania e PSL estão a favor da emenda, mas há resistência tanto em legendas mais governistas como nas de oposição.

“Acreditamos que, antes de se garantir uma prorrogação integral do incentivo como está no PLV [projeto de lei resultante de conversão da MP], inclusive com aumento dos beneficiários, o Congresso deve debater essa questão dentro do contexto da reforma tributária”, disse o líder do Novo na Câmara dos Deputados, Paulo Ganime (RJ).

Já o líder do PSB, deputado Alessandro Molon (RJ), afirmou que a bancada ainda analisará até a votação se essa prorrogação é “indispensável até a votação da reforma tributária”, mas destacou que “esse modelo não é bom”. “O ideal é a reforma tributária tratar disso e evitarmos essa multiplicação de regimes diferenciados”, defendeu Molon.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Comece a aplicar em fundos com pouco investimento.
EDUARDO MOREIRA

Auxílio reduz extrema pobreza ao menor nível em 40 anos, diz Ibre/FGV

Levantamento mostra que 3,3% da população vivia em junho com renda domiciliar per capita de US\$ 1,90 por dia; em maio, número era de 4,2%

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas





Daniel Duque: fim do auxílio pode provocar um “repique” na extrema pobreza — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Com quase metade da população recebendo o auxílio emergencial em junho, a proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de extrema pobreza nunca foi tão baixa em pelo menos 40 anos. O fim da distribuição do benefício neste segundo semestre tende, porém, a provocar um repique no indicador.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) mostra que 3,3% da população vivia em junho com renda domiciliar per capita de US\$ 1,90 por dia - o equivalente a R\$ 154 mensais por membro das famílias. São 6,9 milhões de pessoas.

Um mês antes, em maio, a proporção da população vivendo abaixo da linha de extrema pobreza era de 4,2%, o equivalente a 8,8 milhões de pessoas, conforme o levantamento, que se baseou na Pnad Covid, pesquisa do IBGE que acompanha os impactos da pandemia no mercado de trabalho brasileiro.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Outras pesquisas do IBGE - com metodologias diferentes e limitações comparativas - sugerem que a miséria está no menor nível desde, ao menos, o início da década de 80. O melhor momento até então havia sido em 2014, quando estava em 4,2%, a mesma proporção de maio deste ano.

“A Pnad passou a ter cobertura nacional total a partir de 2004. Antes, a área rural da região Norte não era tão bem coberta. Mas é bem aceito que nunca o Brasil teve taxas de pobreza tão baixas”, disse Daniel Duque, pesquisador do Ibre/FGV e autor dos cálculos.

O economista acrescentou que o auxílio tem forte impacto na extrema pobreza por seu alcance e valor elevado, de R\$ 600 mensais. Em uma família de três pessoas, por exemplo, o valor per capita do benefício seria de R\$ 200, acima da linha de pobreza extrema.

“Existem famílias que recebem cota dupla do benefício, como mães e pais solteiros, chegando a R\$ 1.200. Nesse caso, mesmo que tenha quatro integrantes, a renda per capita dessa família vai superar a linha de corte de R\$ 154 mensais”, disse o pesquisador do Ibre/FGV, autor dos cálculos.

Conforme dados divulgados pelo IBGE, a renda do trabalho da parcela mais pobre da população também melhorou em junho, na comparação a maio, mas de maneira tímida. O principal fator foi o aumento da proporção de pessoas recebendo auxílio, de 43% em maio para 49,5% em junho.

O auxílio emergencial foi criado em abril para ajudar trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs) e desempregados durante a crise gerada pela pandemia do coronavírus. Inicialmente, foram feitos três pagamentos de R\$ 600. No início de julho, o governo prorrogou o benefício por dois meses.

Devido ao peso fiscal do benefício, que custou R\$ 134,8 bilhões até ontem, a expectativa é que não haja renovação do programa. Para Duque, o fim do pagamento pode provocar um “repique” na pobreza extrema. A intensidade dessa alta dependerá da recuperação do mercado de trabalho.

“O auxílio mostrou que não é preciso criar uma linha de pobreza de elegibilidade para beneficiar os mais pobres. O auxílio teve dois mecanismos que o tornaram naturalmente progressivo: beneficiar informais e desempregados; e permitir benefício duplo para mães solteiras”, disse Duque.

Sem recursos para manter o benefício de R\$ 600 nos atuais moldes, o governo estuda a proposta de criação do Renda Brasil, que substituiria o Bolsa Família e incorporaria uma parte do auxílio emergencial. A ideia é que o programa entre em operação logo após o fim do auxílio.

Além da transferência de renda, o combate à pobreza tem outras frentes, como na educação. “É mais difícil combater a pobreza sem que as pessoas desenvolvam suas capacidades produtivas. Acaba precisando de maior volume de transferências e maior carga tributária”, explicou Duque.

Além da extrema pobreza, o pesquisador também calculou a evolução de uma linha de pobreza mais “branda” do Banco Mundial, de US\$ 5,50 per capita por dia - o equivalente a R\$ 445 per capita por mês. Em junho, 21,7% da população vivia com menos do que esse valor, ou 45,8 milhões de pessoas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer
NATURA

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para fevereiro de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.
FGV

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO



'Para ser crível, parte do ajuste fiscal deveria acontecer já em 2021'

Incertezas sobre contas públicas, pandemia e política levantam dúvidas sobre retomada, segundo Tiago Berriel, ex-diretor do Banco Central

Por Sergio Lamucci — De São Paulo

28/07/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas





Tiago Berriel: Uma maior deterioração fiscal, sem um plano claro de saída, aumenta prêmios de risco e reduz investimentos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Uma série de incertezas levanta dúvidas quanto a uma recuperação rápida da economia brasileira, segundo o economista Tiago Berriel, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC). “A primeira é a própria dinâmica da doença, não controlada no Brasil. A outra é a incerteza sobre a como resolveremos toda a deterioração fiscal que tivemos neste ano, que pode ter implicações sobre a estabilidade macroeconômica e taxaço futura das famílias e empresas”, afirma ele, sócio e economista-chefe da Gávea Investimentos, citando também indefinições no quadro político.

Num cenário como esse, “a melhor resposta para quem quer fazer grandes investimentos é novamente esperar, como vimos nos momentos de alta incerteza em 2017, com a greve dos caminhoneiros, e em 2018, com as eleições”, diz Berriel. Ele destaca que as previsões têm elevado grau de incerteza, estimando uma queda do PIB no segundo trimestre em torno de 15% em relação ao primeiro, feito o ajuste sazonal. Para 2020, a expectativa é um tombo na casa de 6% a 7% e, para 2021, um crescimento um pouco acima de 4%.

Para Berriel, um ponto fundamental no pós-pandemia é como será a condução da política fiscal. “Do ponto de vista econômico, um ajuste plenamente crível deveria ser implementado gradualmente para minimizar seus custos”, diz ele. “O grande problema está na hipótese ‘plenamente crível’”, afirma Berriel, para quem o projeto

implementado em 2016, com o teto de gastos, foi “crível, trouxe confiança e contribuiu na redução dos juros nos países”.

Em resposta à pandemia, fez-se uma exceção ao teto e há uma discussão constante sobre flexibilizá-lo, diz ele. “Ainda que por motivo justo, a exceção corrente do teto dos gastos e toda a discussão sobre sua flexibilização diminuem a credibilidade de um futuro ajuste fiscal gradual”, avalia Berriel, para quem um ajuste que tenha credibilidade terá de ser mais focado no curto prazo do que o realizado em 2016.

“Ter uma solução crível para o fiscal com garantia de solvência nas contas públicas é a melhor maneira de garantir que teremos crescimento sustentável a médio prazo”, diz ele, acrescentando que, “para ser crível, parte desse ajuste deveria acontecer já no ano que vem”. Diretor do BC entre julho de 2016 e junho de 2019, Berriel também fala sobre o dilema da política monetária. “Atividade, inflação corrente e ambiente externo justificam estímulos adicionais, enquanto as consequências do fiscal para o balanço de riscos para inflação prescreveriam cautela”, diz ele, que tem doutorado pela Universidade de Princeton, nos EUA.

Para Berriel, os riscos de mais estímulos monetários “estão associados à combinação de fragilidade fiscal, taxas de juros muito baixas e à dinâmica cambial”, num quadro de alta do endividamento público e encurtamento de prazos da dívida. “Esse ambiente, combinado com os juros curtos muito baixos, faz com que o câmbio passe a ser o grande termômetro do risco no Brasil.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *A China cresceu 3,2% no segundo trimestre, uma alta considerada expressiva por alguns analistas, depois do tombo no primeiro. Isso indica uma recuperação em “V”?*

Tiago Berriel: Os primeiros meses após pandemia têm demonstrado na China uma recuperação mais forte, sim. Mas é importante notar o padrão de crescimento: consumo e exportações líquidas ainda relativamente fracos, pois dependem da confiança dos agentes privados e da retomada internacional. A volta tem sido mais acentuada nos componentes sob maior controle do governo, como a produção industrial e o investimento, focados tanto na nova infraestrutura (como 5G e cidades inteligentes), quanto na velha infraestrutura e no setor imobiliário. No médio e longo

prazo, fica a questão de como sustentar esse crescimento mais voltado para a demanda doméstica e para a nova infraestrutura, sem aprofundar os desequilíbrios internos e sem contar com um ambiente externo favorável, com o pós-covid e a tensão com os EUA.

“

Riscos de mais cortes de juros estão associados à fragilidade fiscal, a taxas muito baixas e à dinâmica cambial”

Valor: *Como vê o desempenho dos EUA e da União Europeia?*

Berriel: Na Europa, temos algumas boas notícias: evolução favorável do covid, uma nova possibilidade de seguro para os governos soberanos, através da criação do Fundo de Recuperação, expansão dos gastos públicos mesmo em países usualmente mais conservadores no lado fiscal, como a Alemanha, e a recuperação mais rápida da Ásia, que é uma grande parceira comercial. Tudo isso gera um momento positivo para a atividade. Nos EUA, há mais incertezas no momento. Há os altos níveis de covid nos Estados em que a doença evoluiu posteriormente, incertezas sobre a renovação das transferências fiscais em reação à pandemia e sobre as consequências na política econômica das eleições presidenciais de novembro. A médio prazo, na Europa persistem os problemas estruturais fiscais e de falta de crescimento nos países periféricos e, apesar do Fundo de Recuperação, está longe de ser claro que o processo de integração fiscal dará novos passos. A ação do Banco Central Europeu continua ser o grande aglutinador “fiscal” dos países, o que parece uma deturpação do seu papel como BC. Já nos EUA, é natural esperar um papel mais ativo da política fiscal, inclusive com maior papel redistributivo, com todos os riscos associados a essa mudança de postura.

Valor: *Os juros estão muito baixos nos países desenvolvidos e devem continuar assim por um período considerável. Quais os efeitos desse fenômeno para a economia global e para emergentes como o Brasil?*

Berriel: As implicações são muitas. Essa âncora passa a ser um suporte relevante para os preços de ativos, para o preço de commodities e para o crédito. Muda a

dinâmica usual para a dinâmica das moedas, uma vez que os juros curtos reagirão pouco aos dados de inflação e atividade. Como já mencionei, a implicação para política econômica de não haver mais espaço relevante de estímulo monetário é ter uma política fiscal mais ativa para estabilização do ciclo econômico e, provavelmente, para redistribuição de renda, como a experiência com a crise da covid tem mostrado. Para emergentes, esse ambiente de maior liquidez ajuda, reduz juros de longo prazo e aumenta a barra para que o câmbio deprecie de uma maneira desordenada. Entretanto, não é uma carta branca para políticas fiscais descontroladas, que têm limites muito mais claros e bem inferiores aos de países avançados.

Valor: *Os indicadores de maio e junho sugerem que abril foi o fundo do poço para a atividade econômica no Brasil. Os números indicam uma economia já em recuperação ou é apenas uma reação após o mergulho ocorrido na segunda metade de março e em abril?*

Berriel: Indicam alguma recuperação, sim. Os índices de mobilidade, de gastos com cartão de crédito e débito, de consumo de energia, de tráfego de veículos vão todos nessa direção. Os dados de maio, entretanto, principalmente a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e a agregação dos dados de atividade divulgada pelo BC (o IBC-Br), mostram que essa recuperação talvez não esteja com a alta velocidade que alguns anteviam há algumas semanas.

Valor: *O segundo trimestre vai mostrar um forte tombo do PIB. Qual a sua estimativa para a retração do PIB em relação ao primeiro?*

Berriel: Nossa estimativa é em torno de -15% para segundo trimestre contra o primeiro, com uma grande incerteza em torno desse número. A incerteza está clara, por exemplo, nos últimos dados de varejo e serviços. Seguindo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), a estimativa para o segundo trimestre seria um pouco melhor que -10%, mas olhando a PMS seria mais próxima de -20%.

Valor: *O auxílio emergencial foi estendido por mais dois meses. Em que medida ele ajudou a frear a queda do consumo? Ele dará fôlego à retomada no terceiro trimestre?*

Berriel: O auxílio é uma transferência de renda muito grande, aumenta a renda efetiva para uma grande parcela da população mais pobre, que tem uma propensão marginal a consumir maior. Sem dúvida é um importante suporte de curto prazo para o consumo, principalmente de bens na cesta dos mais pobres. Sem o auxílio, certamente o consumo seria menor.

Valor: *É possível imaginar uma recuperação rápida ou razoável para a economia brasileira ou o mais provável é uma retomada lenta?*

Berriel: Há muitos elementos que introduzem incerteza sobre uma recuperação rápida da economia brasileira. A primeira é a própria dinâmica da doença, não controlada no Brasil. A outra é a incerteza sobre a como resolveremos toda a deterioração fiscal que tivemos neste ano, que pode ter implicações sobre a estabilidade macroeconômica e taxação futura das famílias e empresas. Por outro lado, a ociosidade dos fatores será muito grande e uma recuperação é esperada.

Valor: *Em que medida o consumo das famílias e o PIB vão ser afetados pelo fim do auxílio emergencial?*

Berriel: Primeiro, é preciso saber em que termos será descontinuado o auxílio emergencial. Temos pouco mais de um mês para o governo apresentar a proposta do Renda Brasil, para que seus parâmetros e seu financiamento sejam discutidos e aprovados no Congresso. Não me parece um prazo longo o suficiente. Provavelmente, teremos algum tipo de transição com extensão de alguma forma adicional de auxílio emergencial até o fim do ano, de maneira a organizar o Renda Brasil como solução definitiva. Então, o impacto sobre o consumo das famílias e do PIB dependerá desses parâmetros de transição no curto prazo. Mas há um custo a se pagar por esse benefício. Sustentar de maneira tão expressiva a demanda agregada aumenta a nossa fragilidade fiscal e isso terá que ser enfrentado de alguma maneira no futuro. Uma maior deterioração fiscal, principalmente sem um plano claro de saída lá na frente, aumenta prêmios de risco e reduz investimentos.

“

Foi um equívoco considerar que havia oposição entre economia e cuidados sanitários, em especial em março e abril”

Valor: *Quais as suas estimativas para a variação do PIB em 2020 e em 2021?*

Berriel: Novamente aqui as incertezas de todas as projeções são enormes. Para 2020, nossa projeção está entre -6% e -7% e, para 2021, um pouco acima de 4%.

Valor: *O crédito às pequenas e empresas parece não ter funcionado muito bem até o momento. Isso pode dificultar a retomada?*

Berriel: Não é fácil desenhar um programa que atenda pequenas e médias empresas de maneira tempestiva durante a pandemia em qualquer lugar do mundo e aqui temos que ressaltar os esforços da equipe econômica nesse sentido, inclusive reconhecendo problemas e buscando alternativas. O eventual fechamento de empresas viáveis em situações normais não atrapalha só a retomada, como também tem consequências de médio prazo para a economia. Isso faria com que houvesse mais custos e mais atraso para que os recursos de capital e trabalho voltassem a ser produtivos. Além disso, há as perdas de conhecimento sobre o negócio que poderiam vir a ocorrer.

Valor: *O nível de incerteza na economia permanece elevado, mesmo depois da queda nos últimos meses, como mostra o Indicador de Incerteza da Economia da FGV. Em que medida isso afeta o investimento?*

Berriel: Há muitas incertezas, tanto no lado da epidemia em si, quanto do fiscal e do político no Brasil. Uma vez que parte dos investimentos é de reversão custosa, a melhor resposta para quem quer fazer grandes investimentos é novamente esperar, como vimos nos momentos de alta incerteza em 2017, com a greve dos caminhoneiros, e em 2018, com as eleições.

Valor: *Com inflação rodando bem abaixo da meta e um grau elevado de ociosidade na economia, o BC deve cortar mais os juros para estimular a atividade ou novos cortes podem ser contraproducentes? Por quê?*

Berriel: Não acho que cortes adicionais seriam contraproducentes, no sentido de não estimular no curto prazo a demanda agregada por aperto nas condições financeiras. Em uma economia em que a taxa básica tem uso tão abrangente, é difícil imaginar que uma redução da Selic leve a aumentos da taxa de juros reais a

termo nas partes mais longas da curva tão fortes que mais que compense o decréscimo na taxa curta. Não acredito que isso aconteça no Brasil no momento. Os riscos de mais estímulos, ao meu ver, estão associados à combinação de fragilidade fiscal, taxas de juros muito baixas e à dinâmica cambial. Estamos vendo um aumento significativo do endividamento público nesse período, com encurtamento da dívida. Esse ambiente, combinado com os juros curtos muito baixos, faz com que o câmbio passe a ser o grande termômetro do risco no Brasil, já que uma abertura dos juros não torna essa dívida curta mais atrativa e não veríamos uma reação imediata da taxa básica. Assim, estaríamos sujeitos a movimentos cambiais mais fortes, com conseqüente riscos para a ancoragem de expectativas e para inflação no horizonte relevante para a política monetária. Até agora risco não se materializou para a inflação, é verdade. Entretanto, deveria estar no balanço de riscos da autoridade monetária. Assim, há um dilema: atividade, inflação corrente e ambiente externo justificam estímulos adicionais, enquanto as conseqüências do fiscal para o balanço de riscos para inflação prescreveriam cautela.

Valor: *Há uma discussão sobre um limite efetivo mínimo para o juro no Brasil. O sr. acha que há esse limite - e a Selic estaria próxima dele?*

Berriel: Não acredito que haja um limite pré-estabelecido diferente de zero. Os riscos pelos mecanismos descritos acima se intensificam quando chegamos mais perto do zero. E se intensificam de maneira convexa, ou seja, rapidamente. Então, mesmo antes do nível de juros que estamos no momento, havia motivos para a cautela no processo de redução de juros.

Valor: *A dívida bruta deve atingir 95% do PIB ou mais e o déficit primário superar 10% do PIB neste ano. Isso indica que o ajuste fiscal terá que ser forte em 2021 ou há espaço para uma consolidação gradual?*

Berriel: Essa é a questão crucial para economia brasileira no pós-pandemia. Sua pergunta é se o ajuste deveria ser imediatamente ao fim da pandemia ou suavizado ao longo do tempo. Do ponto de vista econômico, um ajuste plenamente crível deveria ser implementado gradualmente para minimizar seus custos. O grande problema está na hipótese “plenamente crível”. Em 2016, implementamos um projeto de ajuste gradual, com o teto dos gastos. Foi crível, trouxe confiança e contribuiu na redução dos juros nos país. Alguns anos depois, e em reação a um

choque exógeno e muito violento, fizemos a primeira grande exceção no teto dos gastos com a PEC da pandemia. Além disso, há uma discussão constante sobre flexibilização do teto. Ainda que por motivo justo, a exceção corrente do teto dos gastos e toda a discussão sobre sua flexibilização diminuem a credibilidade de um futuro ajuste fiscal gradual. Então o que resta saber é como fazer esse ajuste. Difícil dizer, mas para que seja crível, deverá ser mais focado no curto prazo que em 2016 e sua discussão já deveria ter começado.

Valor: *Uma queda do déficit primário para a casa de 2% a 3% do PIB no ano que vem não pode dar um tranco na atividade, num cenário em que as perspectivas para o consumo das famílias e o investimento não são animadoras?*

Berriel: Mas a pergunta que temos que responder é: qual a alternativa? Não reduzir o déficit primário vai levar a um PIB menor no futuro, com o aumento da deterioração fiscal, abertura dos prêmios de risco, menores investimentos e incerteza sobre a permanência da estabilidade macroeconômica. Ter uma solução crível para o fiscal com garantia de solvência nas contas públicas é a melhor maneira de garantir que teremos crescimento sustentável a médio prazo. E, para ser crível, parte desse ajuste deveria acontecer já no ano que vem.

Valor: *Estados e municípios promovem um abrandamento das medidas de isolamento social, mesmo num momento em que a pandemia ainda não parece sob controle. Qual o risco de uma segunda onda de infecções - como parece ocorrer em muitos Estados dos EUA - e, com isso, a uma nova piora da atividade?*

Berriel: O que acontece em alguns Estados americanos é uma primeira onda atrasada, e não propriamente uma segunda onda. Ainda não vimos uma segunda onda numa região que passou por um primeira onda verdadeiramente forte, mas esse risco existe. Uma abertura descuidada deveria aumentar esse risco.

Valor: *O presidente Jair Bolsonaro sempre minimizou a covid-19, mostrando mais preocupação com o impacto sobre a economia. Como o sr. avalia essa abordagem da doença pelo presidente?*

Berriel: Foi claramente um equívoco considerar que havia uma oposição entre economia e cuidados sanitários com a epidemia, principalmente em março e abril,

no início desse processo. Países mais cuidadosos nesse período inicial, como os asiáticos, ou mais efetivos e conservadores no estabelecimento do isolamento social, como os europeus, têm apresentado resultados melhores tanto em termos sanitários quanto na retomada da atividade.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Essencial é #PoderSer

NATURA

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

LINK PATROCINADO

Comece a aplicar em fundos com pouco investimento.

EDUARDO MOREIRA

LINK PATROCINADO

A FGV está ao seu lado com aulas a vivo. Saiba Mais.

FGV

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

ANVISA: Pílula indiana reduz DHT da calvície ativando folículos na matriz

SHIKAKAI

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Brasileiro paga alíquota de imposto 'maior do que enxerga', diz Ministério da Economia

VALOR INVESTE

Megainvestidor Mark Mobius diz que achou muita oportunidade na bolsa no Brasil

Reforma eleva benefício fiscal do setor automotivo

Criação da CBS aumenta créditos tributários a empresas instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto** — De Brasília

28/07/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Tostes: ideia é que não haja ganhos para as empresas porque o benefício é do IPI, a ser tratado na segunda etapa da reforma — Foto: Edu Andrade/Ascom/ME

Apesar da intenção do governo de reduzir sistema especiais e benefícios fiscais com a reforma tributária, o projeto de lei encaminhado para substituir o PIS/Cofins pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) acabará aumentando os créditos tributários dados ao setor automotivo instalado nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Isso ocorrerá porque o incentivo é calculado a partir da alíquota do PIS/Cofins, hoje de 11,6% para o setor automotivo e que subirá para 12% com a criação da CBS. Quanto maior a alíquota, maior o crédito gerado - e que é usado para diminuir o pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). No ano passado, o incentivo custou R\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos.

A diferença de alíquotas significaria milhões de ganhos para empresas que gozam desse benefício tributário - que será ainda maior no primeiro ano, quando o crédito é gerado com base num multiplicador sobre a alíquota do tributo. Hoje, três companhias estão habilitadas para esse incentivo fiscal, todas no Nordeste: Ford, Fiat e Moura (baterias).

O governo, porém, reabriu o prazo de adesão, que se encerraria em 30 de junho, o que permitirá que mais empresas se habilitem ao benefício. A justificativa foi dar tempo para se adequarem ao regulamento para fruição dos créditos, até hoje não publicado. Uma medida provisória prorrogou as inscrições até 31 de agosto, mas há emendas para ampliá-la até outubro e também para estender o incentivo fiscal para a região Sul.

O secretário especial da Receita, José Tostes, disse ao **Valor** que a ideia é que não haja ganhos para as empresas porque o benefício é do IPI, que será tratado na segunda etapa da reforma tributária do governo. “Não haverá esse ganho porque, quando encaminharmos a revisão do IPI, isso será considerado. Não podíamos fazer agora porque isso está vinculado à legislação do IPI”, afirmou ele.

O governo estuda transformar o IPI em um tributo seletivo, para alguns setores que geram “externalidades negativas”, como o cigarro, ou implementar uma única alíquota para todos setores.

Uma fonte do setor privado aponta que a medida gera segurança jurídica para o incentivo fiscal em vigor, em face da proposta de extinção do PIS/Cofins. Seria uma preocupação, destacou, que as propostas de emenda constitucional (PECs) 45 e 110, que também discutem a unificação de tributos, não tiveram previamente, mas que eram debatidas com os relatores para incorporação no parecer final.

Segundo documento da Receita, a estimativa de renúncia fiscal foi de R\$ 4,7 bilhões em 2019. O número considera o fato de que o PIS/Cofins tem incidência “monofásica” no setor automotivo, ou seja, engloba toda a cadeia produtiva e, também por isso, tem alíquota maior do que os 9,25% praticados no resto do setor industrial.

O benefício foi criado em 1997 para incentivar a indústria em Estados distantes dos grandes centros consumidores - e, mesmo com os incentivos bilionários, outras empresas negociaram empreendimentos na Bahia e Pernambuco, mas desistiram. Os créditos são gerados com base em investimentos para lançamento de novos produto, como carros, motos e tratores e, por isso, nem todas as montadoras instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebem o benefício - há outro programa, organizado pela Sudam e Sudene, que também dá incentivos para esse tipo de indústria, mas que não será afetado por esta etapa da reforma por ser só de IPI.

Um dos objetivos declarados do governo é reduzir sistemas especiais ou benefícios fiscais. Assim, o aumento no ganho do setor automotivo, ainda que em pequena magnitude (em termos relativos), vai na contramão desse objetivo, caso não ocorra também um ajuste nas regras do IPI, conforme prometido por Tostes.

Procurada, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) disse que ainda não tem posição fechada sobre a reforma. A Fiat Chrysler Automobiles (FCA) e Baterias Moura não retornaram e o **Valor** não conseguiu contato com a Ford.

Veículo: Estadão	
Data: 28.07.2020	Caderno: Economia



Um ‘sandbox’ para a reforma tributária

Cristiano Carvalho e Lucilene Prado*

27 de julho de 2020 | 06h00

O século 20 terminou com um certo estado de pânico em razão do chamado “bug do milênio”, quando muitos cientistas da computação temiam por um colapso nos sistemas informacionais.

Esse temor pode ter se originado nas inúmeras incertezas quanto a capacidade e segurança de processamento de dados diante de uma simples alteração de datas, o que levou instituições do mundo todo a investirem em milionários planos de contingência. Sabemos que nada aconteceu e o século 21 começou com seus inúmeros desafios e aqui estamos todos diariamente buscando inovações.

Inovações ocorrem em velocidade jamais experimentada e na área da tecnologia da informação, especialmente no desenvolvimento de novos softwares e aplicações, surge o “sandbox”, uma solução de otimização que tem acelerado com mais segurança os ciclos de criação e desenvolvimento.

O termo “sandbox” significa um ambiente virtual, isolado, seguro para testar uma aplicação nova, sem que ela possa afetar outras aplicações, todos sistemas ou plataformas, permitindo que inovações ocorram de forma mais rápida, segura e com menores custos de transação.

Para o direito o século 21 não chegou de forma diferente ou menos exigente no que diz respeito a efetividade e eficiência da regulação.

Aplicando metaforicamente o termo, o Direito vem empregando o método como forma de teste controlado às inovações que as empresas venham a ofertar, fora do marco regulatório preexistente, ou mesmo testando novas regulações que se adequem melhor àquelas inovações no mercado. Algo bastante apropriado e cada vez mais comum no contexto de novas tecnologias. O próprio termo original, criado pelos cientistas da computação, já é uma metáfora, remetendo ao significado literal de espaço (caixa de areia) em que as crianças brincam, em um parque ou mesmo no jardim de suas casas, de forma controlada, monitorada e segura. Uma forma de experimentar coisas novas com risco controlado, menor custo e tempo.

A reforma tributária é a que mais tem condições de ser testada em ambiente inovador, seguro, com baixo risco e custo antes de ser colocada em discussão e aprovada. Basta que as administrações fazendárias valorizem as informações coletadas e sistematizadas de forma muito eficiente pelo Serpro nos últimos vinte anos. Preocupamos, todavia, que os atuais projetos de reforma, tanto a PEC 45 da Câmara, quanto a PEC 110 do Senado Federal, que tramitam em comissão conjunta, bem como a recente proposta apresentada pelo

governo Federal, não foram testadas, não passaram por modelos de simulação e sensibilidade de cenários e, tampouco, por um teste regulatório de avaliação de efeitos práticos em setores específicos do mercado, como seria o caso do *sandbox*. O IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, nome dado ao IVA tropicalizado), portanto, nunca foi simulado ou testado pelo método do *sandbox*.

As propostas em tramitação objetivam racionalização e alteram drasticamente o sistema tributário, com eliminação de tributos como PIS e COFINS, ICMS, IPI e ISS, além de outras contribuições sociais, e cogita-se até mesmo a instituição de um imposto sobre pagamentos, semelhante em alguns aspectos à antiga CPMF, de modo a compensar a perda de arrecadação com uma suposta desoneração tributária sobre a folha de pagamentos.

É indiscutível a urgência e os benefícios da racionalização do sistema tributário brasileiro, mas não menos questionável é o fato de que as alterações impactam preços, investimentos e modos de produção. Como impactam? Em qual dimensão, positiva ou negativa? Quais externalidades criariam? Alguém testou e mediu os efeitos das propostas, ainda que ambiente controlável e escalável a ponto de assegurar a manutenção da carga tributária atual e evitar aumento de preços ou reduções de margens? Ou estamos apenas diante de modelos teóricos muito bem sucedidos em outras economias? Será viável uma mera importação de modelos estrangeiros para a nossa realidade? Basta adotar velhas soluções de implementação? O IVA, por exemplo, ainda que adotado em mais de cento e cinquenta países, não o é justamente na maior economia do mundo, os Estados Unidos (de estrutura federativa muito mais semelhante a nossa do que a dos países que adotam IVA). Os EUA aplicam o *sales taxes*, incidente apenas na

última operação da cadeia, a venda ao consumidor final, sem a necessidade da sempre complicada (e possivelmente superestimada) não-cumulatividade, quase invariavelmente propensa a falhas – e, portanto, passível de cumulatividades na cadeia. Qual modelo seria melhor? Só testando para saber.

Os teóricos e estudiosos nos trazem grandes e valiosas contribuições para elaboração das propostas, mas aos gestores públicos competem as respostas sobre os impactos, construídas com ferramentas e dados reais das empresas e da arrecadação que permitem simular o ecossistema de um determinado setor.

Tomando por exemplo o setor de construção civil, pelos dados fornecidos pelas empresas à Receita Federal é possível, por exemplo, simular o impacto da criação da Contribuição sobre Bens e Serviços que substitui o PIS e a COFINS na proposta governo federal nos anos seguintes admitindo-se premissas que mantenham mesmos volumes, fornecedores, clientes, preços líquido, etc e de fato assegurar que não teremos apenas mais um aumento de carga tributária disfarçado de boas intenções de simplificação e do costumeiro descaso com a complexidade do moderno ambiente de negócios pouquíssimo conhecido pelos que arrecadam tributos.

Em síntese, sem um sandbox para testar o novo sistema tributário, estaremos dando um passo no desconhecido, e de olhos vendados. É possível que o trajeto termine em um terreno firme e seguro, mas há risco de igualmente levar a um precipício. Para evitar este último, basta caminhar o percurso de olhos bem abertos, olhando para o futuro e para as novas tecnologias e não apenas para o passado, que quase

sempre nos mantem em zonas de conforto, ainda que seja o conforto apenas de alguns.